

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SÃO GONÇALO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**REFORMA UNIVERSITÁRIA E REPRESSÃO NO CONTEXTO DA
DITADURA MILITAR NO BRASIL**

Andresa da Silveira Oliveira

**São Gonçalo – RJ
2009**

Andresa da Silveira Oliveira

**Reforma Universitária e Repressão no contexto de Ditadura Militar
no Brasil**

Trabalho monográfico apresentado à
Faculdade de Formação de Professores
da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eveline Bertino Algebaile

São Gonçalo
2009

Andresa da Silveira Oliveira

Reforma Universitária e Repressão no contexto de Ditadura Militar no Brasil

Trabalho monográfico apresentado à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora: _____

Prof^a Dr^a Eveline Bertino Algebaile (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Lúcia Velloso Maurício
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo
2009

Dedicatória

A Cristo Jesus por ter me permitido hoje estar aqui.

AGRADECIMENTOS

Citar algum ou alguns nomes seria um pouco injusto a final são anos de caminhada... por isso aos que estão longe, aos que estão perto, aos que nem estão mais aqui, aos que me ajudaram de maneira aparente e aos que me ajudaram de maneira que nem eu mesma percebesse, recebem o meu sincero muito obrigada.

Caminhando contra o vento
 Sem lenço sem documento
 Num sol de quase dezembro,
 Eu vou
 O sol se reparte em cruzes
 Espaçonaves, guerrilhas
 Em Cardinales bonitas, eu vou
 Em carro de presidentes
 Em grandes beijos de amor
 Em dentes, pernas, bandeiras
 Bombas, "Brigite Bardot"
 O sol nas bancas de revistas
 Me encham de alegria e preguiça
 Quem lê tanta notícia
 Eu vou por entre fotos e nomes
 Os olhos cheios de cores
 O peito cheio de amores vão
 Eu vou porque não
 Porque não
 Porque não
 Porque não
 Ela pensa em casamento
 E eu, nunca, mais fui à escola
 Sem lenço, sem documento,
 eu vou
 Eu tomo uma coca-cola
 Ela pensa em casamento
 E uma canção me consola,
 eu vou
 Por entre fotos e nomes
 Sem livros e sem fuzil
 Sem fome, sem telefone
 No coração do Brasil
 Ela nem sabe e até pensei
 Em cantar na televisão
 O Sol é tão bonito
 Eu vou sem lenço, sem documento
 Nada no bolso ou nas mãos
 Eu quero seguir vivendo, amor
 Eu vou porque não
 Porque não
 Porque não, porque não

Caetano Veloso

RESUMO

Esta monografia pretende apresentar e analisar as principais mudanças promulgadas pela Ditadura Militar no âmbito da educação superior, em especial nos anos finais de 1960 e na primeira metade da década de 1970. Para isso, foi realizado um breve estudo sobre a lei 5.540/68, a Lei da Reforma Universitária, bem como uma revisão de estudos de referência sobre o tema, na qual Germano e Cunha são tomados como autores principais. Utilizando a pesquisa bibliográfica e o estudo documental como procedimentos de pesquisa, buscamos apreender o contexto social em que a lei foi criada, passando pelas mudanças sociais da década de 1960, pela participação da sociedade civil na política nacional, considerando suas manifestações em busca de mudança, pelos movimentos educacionais e culturais que visavam contribuir para que o povo se reconhecesse como sujeito de mudança, bem como pelo próprio processo de tomada do governo pelos militares, explicitando os efeitos dos seus decretos-lei sobre a participação civil no âmbito universitário. A pesquisa realizada permitiu abordar a intervenção americana no ensino superior, por meio dos acordos MEC-USAID, enfatizando-se a resposta negativa de professores e alunos insatisfeitos com essa participação estrangeira. Permitiu, também, caracterizar as práticas de repressão do governo militar – que incluíam as invasões militares nas faculdades, as prisões e mortes derivadas desses acontecimentos – bem como sua intervenção por meio da produção da reforma do ensino superior, orientada a partir da criação de um Grupo de Trabalho (GT) responsável por estruturar a lei que disporia sobre a reforma. A partir do estudo desses aspectos, apresentamos e analisamos as mudanças instituídas pela lei e seus impactos na organização do ensino superior.

Palavras-chave: Reforma universitária. Ditadura Militar. Política educacional. Expansão do ensino superior.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional n° 1
AI-2	Ato Institucional n°2
AI-3	Ato Institucional n°3
AI-5	Ato Institucional n°5
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CPC	Centro Popular de Cultura
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DDC	Departamento de Difusão da Cultura
DDI	Departamento de Documentação e Informação
DFC	Departamento de Formação da Cultura
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT	Grupo de Trabalho
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MEB	Movimento de Educação de Base
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O Brasil na década de 1960	14
1.1 - As mudanças sociais e políticas da década de 60	15
1.2 - As demandas por educação	19
1.3 - A instauração do Golpe e da Ditadura Militar	24
2 A ação da Ditadura sobre o ensino superior	30
2.1 - Mudança estrutural nas Universidades e resistências	31
2.2 - Intervenção Americana	37
2.3 – Repressão	44
3 A reforma universitária no contexto da reforma educacional	50
3.1 – Reforma	51
3.2 – Estratégias de Contenção e Liberação	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

INTRODUÇÃO

A Reforma Universitária instituída no período da Ditadura Militar, em especial por meio da Lei 5.540/68, é a temática desta monografia. Nosso objetivo principal, ao nos dedicarmos a este tema, foi aprofundar nosso conhecimento a respeito de um momento do processo de organização do ensino superior, no Brasil, marcado por intensas contradições, tendo em vista a situação de forte repressão e controle de uma instituição – a Universidade – da qual se espera, exatamente, formas de

produção do conhecimento e de relação com o conhecimento produzido pautadas pela liberdade de expressão.

Para realizar este trabalho, utilizamos como metodologia o levantamento e a análise de bibliografia de referência sobre o tema e a análise documental. No primeiro caso, foi dada atenção especial a estudos como os de Luiz Antonio Cunha (1985 e 1988) e José Willington Germano (2000), pelo aprofundamento da discussão do contexto político-social em que se dá a Reforma, bem como de seus aspectos normativos e de seu modo de formulação e implantação. A análise documental consistiu em um estudo da Lei 5.540/68 que permitisse identificar os principais aspectos normatizados, bem como relacioná-los aos aspectos relativos à sua implantação e seus impactos, discutidos na bibliografia estudada.

Na fase de redação da monografia, optamos por apresentar o estudo e as análises efetuadas em três capítulos: um primeiro capítulo referente à configuração política e social do Brasil na década de 1960; um segundo capítulo relativo às ações do regime ditatorial, em geral, e, nesse contexto, às ações relativas ao ensino superior; e um terceiro capítulo em que são abordados aspectos e significados mais específicos da reforma universitária no contexto da reforma educacional

No capítulo 1, realizamos um breve levantamento do contexto social da década de 1960, mostrando que foi uma época de grande participação política por parte da sociedade civil, exemplificada pelos movimentos sindicais, que realizavam constantes greves em buscas de melhores condições de trabalho; ou nas manifestações realizadas pela UNE que, entre outros motivos, reivindicavam maior participação estudantil nos órgãos colegiados.

As atitudes de insatisfação da sociedade com a crise econômica pela qual passava o país, bem como as freqüentes manifestações dos excedentes nos vestibulares – que na década de 1960 aumentaram em mais de 200% - reivindicando do governo a criação de mais vagas nas universidades públicas, são importantes expressões do grau progressivo de organização da sociedade civil, naquele momento, que, logo em seguida, seria duramente reprimida e controlada por meio de diferentes formas de ação (Germano, 2000).

A imprensa exerceu um papel significativo durante esse período, já que incentivava a saída de João Goulart da presidência, mesmo que para isso o direito democrático fosse quebrado.

Os movimentos de educação popular também são destaques neste capítulo. Destacamos, neste caso, o fato de que tais movimentos, em grande parte, ocorreram no nordeste brasileiro, como no caso das ações vinculadas ao trabalho de Paulo Freire, que envolveram o desenvolvimento de metodologia e de programas de ação dirigidos à alfabetização de adultos a partir de uma perspectiva crítica, através de palavras geradoras provenientes de seu contexto sócio-cultural.

O sistema freiriano surgiu do Movimento de Cultura Popular (MCP). Movimento também de educação popular, criado em Recife, o MCP objetivava oferecer uma educação para as classes populares que fosse voltada para a construção do sujeito como cidadão. O MCP se dividiu em três departamentos, com diferentes habilidades pedagógicas (Cunha&Goes, 1987).

Compondo ainda o quadro de movimentos de educação popular da década de 1960 destaca-se o programa “De pé no chão também se aprende a ler”. Originado na capital do Rio Grande do Norte, o sistema não se abateu com a falta de verbas voltada para o setor educacional e fez suas salas de aula em acampamentos, onde o chão era o barro batido e o teto era de folhas de coqueiro. Foi desta maneira que o movimento se expandiu para outras cidades multiplicando rapidamente o número de seus alunos.

A instituição do Golpe Militar é abordada revelando que logo no princípio da Ditadura uma junta de militares foi quem assumiu o governo, todavia essa junta era representada socialmente por um civil. Argumentando que só iriam recompor a ordem social dentro do país, os militares não cumpriram com a sua promessa e logo instituíram o AI-1, que, dentre outras coisas, legitimava os inquéritos policiais para “estabelecer a ordem”.

Os atos que delegavam poder aos militares se tornaram cada vez mais constantes e foi através deles que se instituiu a eleição indireta para presidente e para cargos executivos como os de governadores e de prefeitos das capitais, sendo o pior deles o AI-5, que atribuiu total poder ao Governo Militar. Foi neste período o maior índice de torturados e presos pelo Governo.

O Capítulo 2 aborda mais diretamente a intervenção da Ditadura sobre o ensino superior, buscando evidenciar o quanto foi constante a participação dos norte-americanos nas questões referidas ao ensino superior brasileiro, como nos casos da instituição de cursos de pós-graduação e da concessão de bolsas de estudos para que brasileiros fossem estudar nos Estados Unidos.

Um acordo formal entre o MEC e a USAID chegou a ser estabelecido. Este acordo visava manter uma assessoria de professores brasileiros e americanos para que fossem realizadas mudanças, buscando, na perspectiva do Governo Ditatorial, o melhoramento da qualidade das universidades nacionais.

O grupo produziu um relatório não muito feliz, contendo uma série de erros e falhas de tradução, de modo que os próprios militares acabaram vetando algumas partes do documento. A participação dos americanos nesse documento causou forte indignação por parte dos professores e alunos que deram origem ao movimento “Fora MEC-USAID”.

Aliás, os professores e alunos foram alvos constantes da repressão militar. Para silenciar o corpo docente e discente, foram realizadas constantes invasões de militares armados, como nos casos da Universidade de Brasília (UnB), invadida três vezes, e da Universidade de São Paulo (USP), que foi completamente depredada em uma dessas invasões.

Para efetivar o controle sobre professores e estudantes, os militares criaram decretos-leis nos quais proibiam terminantemente a participação destes em qualquer manifestação de cunho político, caso contrário seriam expulsos de suas universidades, sendo obrigados a permanecer longe das atividades acadêmicas por um tempo determinado pelo Governo.

A repressão foi tanta dentro das universidades que, em alguns casos, os reitores foram destituídos de seus cargos e em seus lugares foram colocados militares das mais altas patentes.

O capítulo expõe ainda como as universidades, em especial a USP e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), se comportaram nesse contexto de reestruturação universitária, onde se destaca Simão Mathias, oriundo de uma das faculdades da capital paulista, onde se deu início ao processo de mudança que acabou gerando o “Memorial sobre a reestruturação da USP”, no qual se colocavam contra algumas idéias presentes na UnB, que tinham sido inspiradas no modelo norte-americano de educação superior. Contudo a UFMG aceita mais facilmente as possíveis mudanças que iriam ser propostas pelo Governo Militar. Mesmo assim, não é poupada pela Ditadura e acaba passando por alguns atos de repressão.

O capítulo 3 discute como se deu a formação da Reforma Universitária, as principais mudanças instituídas na lei e como ela procedeu de forma que fosse estabelecida uma intervenção social.

No ano de 1968, o próprio presidente nomeia alguns indivíduos para constituir um Grupo de Trabalho (GT) que pudesse estruturar a Lei da Reforma e, em um curto período de tempo, o GT formula algumas medidas que iriam fazer parte deste projeto, como pagamento de uma mensalidade por alunos que fizessem parte de uma classe média alta, a instituição do sistema de crédito, a obrigação de que toda faculdade isolada deveria se unir a uma universidade, entre outras providências. O projeto foi enviado ao Presidente, que vetou vários trechos, aprovando alguns e fazendo certas modificações em outros.

Algumas medidas presentes na lei da Reforma visavam conter os gastos com a ampliação do ensino superior e diminuir a demanda de alunos que objetivavam entrar na vida acadêmica.

A instituição do sistema de crédito foi uma dessas medidas, visto que procurava ocupar ao máximo as vagas ociosas. Outra medida foi a instituição da departamentalização da universidade para reduzir os gastos com pagamentos dos professores e diminuir a duplicação de algumas disciplinas.

A Reforma do ensino de 2º Grau se apresenta como forma de conter a procura por cursos de nível superior, visto que tinha um caráter profissionalizante, que procurava fornecer ao aluno um diploma a ser utilizado no mercado de trabalho.

O Governo Militar também tomou algumas medidas que objetivavam esconder o caráter repressor de sua política educacional. Foi o caso da reforma do ensino de 1º Grau, que expandiu os anos de escolaridade básica e tinham em mira atender um grande número da população em idade escolar.

Outra providência tomada na oferta das etapas de ensino vinculadas ao que hoje denominamos de Educação Básica foi a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que visava alfabetizar a população adulta. O Projeto Minerva, do mesmo modo que o MOBRAL, oferecia educação básica para adultos, só que sua propagação era diferente, já que suas aulas eram ministradas via rádio.

Todas essas medidas, denominadas por Cunha (1985), de “estratégias de liberação”, vinculavam-se à proposição de ascensão econômica do país, entre outros aspectos, por meio do aumento do mercado consumidor, associada a um maior controle social, evidenciando que a intervenção militar no âmbito educacional fazia parte de um programa maior, de intervenção social.

Quando iniciamos este trabalho, nossa maior motivação era conhecer um período da organização do ensino superior no Brasil em que, ao contrário do que se

espera nessa fase de formação, a atuação docente e discente, a própria organização institucional e a produção do conhecimento realizada nesse contexto sofreram diversas formas de controle e repressão. Finalizado o trabalho, percebemos o quanto ele nos permitiu avançar na compreensão de aspectos da produção do ensino superior, que são também importantes para a compreensão da produção e das mudanças da educação superior no momento presente, em que formas novas de controle e, mesmo repressão, se realizam a partir de novos sujeitos e organizações.

Nesse sentido, esperamos que este estudo contribua, de algum modo, para a identificação de questões que ajudem a avançar na compreensão dos desafios a enfrentar.

CAPÍTULO I

O BRASIL NA DÉCADA DE 1960

1 - O BRASIL NA DÉCADA DE 1960

1.1 - As mudanças sociais e políticas da década de 60

Estudos como os de Germano (2000) mostram que as Forças Armadas passam a intervir significativamente na política nacional um século antes do Golpe de 1964, mais especificamente entre os anos de 1865-1870, com a Guerra do Paraguai. A partir daí, as Forças Armadas, em especial o Exército, começam a tomar cada vez mais as rédeas de contextos históricos muito importantes no cenário brasileiro, participando de processos e acontecimentos como: a Abolição da Escravatura (1888); a instauração da República (1889); a extinção da República Oligárquica (1930); a instauração da ditadura de Vargas (1937); a expulsão de Getúlio Vargas do poder (1945) e, enfim a efetivação do Golpe ocorrido no ano de 1964.

Entretanto, vale ressaltar que a postura do Exército mudou de maneira expressiva ao longo desses quase cem anos; no começo de sua participação política, o Exército possuía uma posição mais marginal, essa situação mudou de forma drástica com a instauração da República, período esse que o Exército assume uma posição notória dentro da sociedade brasileira. Essa mudança se deve, entre outros expedientes, ao fato do Exército impedir durante esse período a entrada das classes populares em seu quadro de oficiais, tornando-se mais elitista.

Os anos iniciais da década de 1960, década em que foi deflagrado o Golpe, caracterizaram-se por serem muito conturbados, em face da ocorrência insistente de conflitos, manifestações, protestos, movimentos e disputas associados a crise política e econômica bastante significativa pela qual passava a sociedade brasileira. A crise econômica se deu devido aos seguintes fatores: o agravamento dos níveis de inflação, a diminuição da entrada de capital estrangeiro e a redução de investimentos.

De acordo com Germano a crise política ocorreu porque a forma de Estado vigente na época, o Estado populista, iniciado no governo de Vargas e ainda vigente no governo de Jango, não era mais capaz de atender as necessidades de acumulação do capital. Entre outros fatores da crise anteriormente citada, pode-se destacar também as mobilizações populares, dirigidas à reivindicação de mudanças estruturais no contexto nacional. Tais manifestações tornavam cada vez mais crítica

a situação da crise. Esses movimentos contavam efetivamente com a sociedade civil, como trabalhadores, tanto em áreas urbanas com em áreas rurais, estudantes e militares de classes menos favorecidas.

Surgida em Belo Horizonte, no ano de 1962, a Ação Popular (AP) pretendia motivar a população a criar uma consciência política que seria voltada contra o capitalismo. O público alvo desse movimento eram os camponeses, os estudantes e os operários. A AP tinha como coordenador principal Hebert José de Souza, mais conhecido como Betinho, e teve como origem as mobilizações estudantis da Ação Católica da década de 1950.

Esses acontecimentos influenciaram diretamente na área educacional e cultural do nosso país. Como exemplo, podemos citar que: no Nordeste foram bastante significativos os movimentos que visavam informar o povo sobre as questões políticas e sociais; nos anos anteriores ao Golpe, a procura pelo ingresso no Ensino Primário foi muito expressiva; a União Nacional dos Estudantes (UNE) que em sua maioria era composta por estudantes universitários, reivindicava transformações culturais para que se pudesse mudar a política nacional. Como resultado, tinha-se o aumento das organizações sindicais, a maior organização nas composições de assembleias; o aumento das greves.

A participação da sociedade civil foi uma constante no início da década de 1960. Foi o que aconteceu com o movimento sindical, que começa seu período de reestruturação ainda no governo de Juscelino Kubistchek e no governo de João Goulart já se encontrava muito bem estruturado, intensificando o movimento através de pactos, conselhos, organizações, sendo as mais expressivas o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA).

O movimento sindicalista realizou uma série de greves de caráter político. Em 1961, a greve teve como objetivo defender a posse de Jango, do qual os sindicalistas se tornaram muito próximos, sem que isso fizesse com que a ação grevista do movimento diminuísse. As greves chegaram a quase 500 só no governo de João Goulart.

Tais manifestações do movimento sindicalista acabaram não sendo em vão, visto que, com a instituição da greve, eles conseguiram um aumento de 100% no salário e a implantação de uma aposentadoria diferenciada para aqueles que trabalhavam em situações que colocassem a saúde em risco.

A greve não foi utilizada como reivindicação somente pelo movimento sindical. A UNE realizou uma paralisação simultânea em 40 universidades do país porque o Conselho Federal de Educação (CFE) não atendeu sua reivindicação de estabelecimento da participação em 1/3 dos universitários nos órgãos colegiados das universidades.

O trabalho de Moraes (1989) fornece uma boa idéia da participação político-social da UNE na década de 1960.

Fiel ao lema proposto por Serra - "A hora é de ação"-, a UNE atuava nos programas de alfabetização do MEC; empregava energias nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo; procurava coordenar sua prática política com a das demais correntes progressistas; e exigia de Jango o fim da conciliação com forças conservadoras.
(MORAES, 1989, p. 49)

Todos esses acontecimentos, além de repercutirem na sociedade, assustavam grandes forças políticas e instituições do Brasil, como foi o caso da Igreja Católica, que se organizou e passou a concorrer com partidos políticos, para não vir a perder seus fiéis para esse contexto de revolução.

A realidade política internacional já anunciava o que estava por vir em terras nacionais, já que no ano de 1954 treze países latino-americanos já haviam sido tomados por regimes ditatoriais militares. De maneira contrária ao que acontecia no continente sul americano, Cuba, com sua Revolução Socialista, se tornava um grande empecilho para o domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina. O medo de que a proposição política cubana se espalhasse por toda a América Latina fez com que o Exército se organizasse de maneira contrária ao regime de Fidel Castro e, para isso, os militares receberam até ajuda americana para favorecer a implantação do regime ditatorial.

Um nome importante da década de 1960 foi o do arcebispo Dom Geraldo de Proença Sigaud. O religioso, que residia no estado de Minas Gerais, possuía idéias contrárias ao comunismo, chegando a afirmar que foi Satanás quem inventou a ideologia comunista e que aceitar o comunismo seria permitir a entrada do Reino do Mal neste mundo. Para fundamentar seus sermões, a Igreja Católica afirmava que, para o regime comunista, o ser humano é quase a mesma coisa que um simples animal e desta maneira a família não passa de uma série de animais reunidos (Germano, 2000).

Dom Sigaud afirmava que a existência das classes econômicas distintas estava nos planos divinos e que, com a implantação do comunismo, não seriam respeitadas as classes, o direito dos filhos herdarem os bens de seus pais, que a violência e a luta seriam instauradas levando o Brasil ao fracasso e seu povo à beira da loucura.

A participação político-social de algumas camadas influenciou de igual modo alguns setores das Forças Armadas que estavam insatisfeitos com a falta de direitos trabalhistas de suas patentes, como a proibição de ingressar em uma universidade, a disciplina que era muito rígida, a falta de participação política, pois estes militares não poderiam votar nem serem votados, e as restrições para o ingresso na Academia Militar de Agulhas Negras.

Em 1964, tais condições resultaram em um motim de 1600 marinheiros que se reuniram na Ilha das Cobras, pedindo a liberdade de todos os presos do local, a legalidade deles se reunirem em associações e que as penalidades em relação à disciplina fossem extintas.

Ocorrida dentro das próprias Forças Armadas, a Revolta dos Sargentos recebeu o apoio da UNE, da classe operária a até mesmo de João Goulart. A manifestação ocorreu porque alguns sargentos não puderam tomar posse ao serem eleitos deputados. Os militares ocuparam Brasília e fizeram como reféns autoridades locais, o Exército entrou em ação impedindo a continuidade da revolta, prendendo alguns sargentos e transferindo alguns outros para bases distantes das de origem dos militares.

Outro fator de relevante importância que ocorrera na década de 1960 e acabou por incentivar a tomada do poder pelos militares foi o papel que a imprensa assumiu durante o governo de João Goulart. Insatisfeitos com a crise econômica pela qual passava o país, jornais como o Estado de São Paulo se referiam ao então presidente como um manipulador que estava fazendo de tudo para permanecer no governo, e incentivavam que, para proibir Jango de continuar com seus pretextos, alguma intervenção urgente deveria ser tomada, mesmo que ela não respeitasse a liberdade democrática.

O jornal Correio da Manhã também fez coro ao Estado de São Paulo, levantando a idéia de um possível *impeachment* como maneira de retirar João Goulart do poder. Se fosse preciso, uma ajuda militar seria solicitada. O Jornal do Brasil, colocando em sua primeira página uma crítica ao presidente, pontuando que

ele havia passado por cima da hierarquia militar ao apoiar a Revolta dos Sargentos, não respeitando as condutas presentes nas Forças Armadas, incitava o Exército a tomar alguma atitude contra João Goulart.

Segundo Germano (2000) outro fator importante ocorrido nesta década, que ajudou a culminar no Golpe de 1964 foi a insatisfação da classe média com o excedente nos vestibulares nacionais, que no decorrer de 1964 a 1968 sofreu um aumento de 212%. Desta maneira a classe média começa a contestar a política educacional vigente até então.

Como o governo não procurou solucionar logo essa questão, o ensino começou a apresentar cada vez mais situações extremamente precárias que chegavam ao ponto de falta de equipamentos, déficit no número de professores e até mesmo a falta de cadeira nas salas de aula.

As explicações encontradas para a falta de investimento em educação superior por parte do governo é que, em um primeiro momento, o aumento do número de vagas nas universidades brasileiras acarretaria em uma grande despesa nos cofres públicos, e que, em um segundo momento, se esse aumento de vagas em nível superior fosse realmente efetivado, cresceria o número de profissionais desempregados e, como consequência, isso resultaria em mais um prejuízo para o Estado Nacional, que seria obrigado a criar vagas nos setores públicos para abranger o contingente desses novos profissionais. Ou seja, o investimento no aumento de vagas das universidades brasileiras não era favorável à política econômica nacional.

1.2 - As demandas por educação

De acordo com Cunha (1988) e Cunha e Góes (1987), a posição em nada democrática assumida pela universidade brasileira nas décadas anteriores ao Golpe fez com que vários movimentos educacionais populares ganhassem uma posição notória. A educação nesses movimentos era mais sensível à opinião das pessoas que faziam parte dos mesmos, enquanto que nas universidades ainda imperava a cátedra vitalícia, que ordenava o que deveria ser feito sem se ouvir os demais, ainda que a atitude não agradasse em nada o movimento estudantil. Esses movimentos se destacaram em sua maioria no início da década de 1960.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi encabeçado por Germano Coelho, que possuía ideais educacionais inspirados em escritores franceses como Freinet, Boemanteu e Lebret, entre outros.

O MCP produziu um estatuto que visava informar as suas pretensões no campo educacional, que, entre outras coisas, destacava a importância que eles viam no papel preparatório, tanto para o trabalho quanto para a vida, que a educação deveria exercer; indicava que a cultura popular deveria ser valorizada e ensinada nas aulas; apontava a importância de implantar uma educação integral onde o ensino religioso seria de livre escolha do aluno; requerer a ajuda pública e privada para educar tanto crianças quanto adultos.

O MCP tinha como uma de suas características a divisão em três departamentos distintos: o DDC, Departamento de Difusão da Cultura; o DDI, Departamento de Documentação e Informação e por último o que obteve mais êxito, o DFC, Departamento de Formação da Cultura.

O movimento, que se originou no Arraial do Bom Jesus, em um região fortemente marcada por históricas lutas camponesas, tinha entre um de seus diretores Paulo Freire, que coordenava a pesquisa do DFC. O DFC contava ainda com outras subdivisões como esportes, cultura brasileira, televisão e imprensa, bem-estar coletivo, cinema e rádio, e cada um desses departamentos era coordenado por um diretor específico.

As aulas oferecidas pelo MCP ao povo não objetivavam ensinar uma cultura específica para a população. Na verdade, eles pretendiam que os próprios alunos construíssem o conhecimento. Apenas dois anos após a sua criação, o MCP já mostrava sinais de grandes feitos, pois haviam oferecido à população local instituições e ações que, até aquele momento, na região, eram precários ou inexistentes, como peças de teatro, apresentações musicais, sessões de cinema, amostras de artes, bibliotecas.

Esses serviços contaram com a participação popular, por isso o grande número de alunos matriculados no movimento, que: chegou a quase vinte mil alunos inseridos no ensino de 1º grau, divididos em mais de 200 escolas, organizados em 626 turmas. O contingente de professores e monitores que trabalhavam no projeto passava de 500.

Os organizadores do MCP se diziam muito satisfeitos com o êxito do movimento que eles consideravam ser inovador no âmbito educacional brasileiro.

Pontuavam ainda que esse projeto havia sido estruturado para o povo, para que o povo pudesse adquirir conhecimentos que o fizesse capaz de resolver os seus próprios problemas.

Apesar de se tratar de um movimento popular, seus idealizadores não se deixavam levar por práticas de caráter populista, voltadas para possível conquista de votos em uma futura eleição. Ao invés desse pensamento, no MCP todos seriam construtores de conhecimento e produtores de mudanças, sem necessitar de uma figura específica para lhes fazer algum tipo de caridade.

O movimento chegou a produzir livros próprios, como uma cartilha para a alfabetização de adultos, escrita por Josina Maria Lopes Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho, intitulada de Livro de Leitura, que procurara dar prioridade à cultura dos educandos.

Outro movimento educacional que também tem sua origem no Recife é movimento vinculado à elaboração e implementação do Sistema Paulo Freire, originado do MCP, contando com o apoio de uma igreja local, que cedeu um espaço onde seriam ministradas as aulas, em um lugar chamado Poço da Panela, e que sugeria o primeiro esboço do Sistema Freiriano. Esse local ficou conhecido como Centro de Cultura Dona Olegarinha.

No texto de Cunha e Góes tem-se uma idéia ainda mais ampla do contexto histórico em que surgira o sistema freiriano:

Em termos de História, já antecipamos, no capítulo anterior, a sua visão, que é a da ocorrência de *trânsito* do povo brasileiro nos anos 60. Nesse processo econômico, emergiria o fenômeno que Mannheim chama de “democratização fundamental”, que implica uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico, abrindo leques de participação interdependentes de ordem econômico-social-político-cultural. O povo deixa de ser objeto para ser sujeito. (CUNHA&GOES, 1987, p. 21)

Freire influenciou profundamente os métodos educacionais a serem utilizados na alfabetização de adultos nesse contexto. Na primeira turma de alfabetização de adultos pelo sistema freiriano, com apenas cinco alunos, onde foi ministrado, os resultados foram surpreendentes, pois os educandos estavam lendo em apenas dois meses. O resultado positivo acabou gerando, de uma maneira consecutiva, uma nova turma de alfabetização de adultos.

Os temas empregados nas aulas eram os mais próximos possíveis das vivências dos alunos, que se dividiam entre tarefas domésticas, criação dos filhos e costura.

O sucesso obtido no sistema Paulo Freire, que era capaz de em pouquíssimo tempo inserir os alunos na sociedade letrada, agradou significativamente o governo federal. O presidente João Goulart via no método freiriano uma excelente oportunidade de aumentar o número de eleitores oriundos de uma cultura popular, o que para ele poderia levar à derrocada das oligarquias vigentes.

Logo o sistema se expandiu para outros estados, que preservavam o esquema em que se dividia o projeto original: primeiro era realizada uma pesquisa sobre a cultura dos alunos a serem ensinados, depois se fazia uma seleção de palavras que estivessem inseridas nesse contexto, a etapa seguinte consistia na confecção de fichas com essas palavras e, por último, as mesmas eram divididas em famílias fonéticas.

No ano de 1960, no Rio Grande do Norte, contando com a grande presença da população nas eleições municipais, foi que o candidato a prefeito de Natal, Djalma Maranhão, após realizar uma pesquisa com o intuito de levantar os principais problemas dos moradores da cidade, chegou à conclusão de que os maiores impasses do município eram de âmbito educacional. A partir daí, Maranhão passa a realizar suas campanhas eleitorais, que tinham como lema a erradicação do analfabetismo e o acesso de todos à escola.

Já no final do ano quando assume a prefeitura, após uma vitória de mais de 60% nas eleições, Maranhão cumpre com o prometido e dá origem ao movimento de educação popular “De pé no chão também se aprende a ler”, elaborado e coordenado por Moacir de Góes.

Toda a comunidade se compromete em desenvolver a rede educacional em Natal e, por isso, acaba arcando com a construção de locais que pudessem vir a servir de escola. Para a prefeitura, o custo dessas turmas não foi alto, visto que Djalma Maranhão só se comprometeu em fornecer merenda, material didático, carteiras e o salário de um monitor.

O secretário municipal de educação acaba constatando que essas escolas estavam sendo abertas pelo povo sem um controle da prefeitura, e como não havia um estudo prévio sobre que localidades precisavam mais dessas escolas, os resultados não estavam sendo suficientes para acabar com o analfabetismo.

Desde então o secretário sugere que as escolas sejam construídas pela prefeitura, contudo, como forma de solucionar os custos que essas obras poderiam vir a representar, Góes propõe que essas escolas sejam feitas de palha. Esses estabelecimentos que tinham como teto folha de coqueiro e como chão o barro puro ficaram conhecidos como Acampamento Escolar das Rocas, por estar situado no bairro de Rocas na capital do Rio Grande do Norte.

A organização do movimento acabou encontrando outro problema de igual importância, a falta de professores para trabalhar no projeto. Sabe-se que na década de 1960 estava sendo implantada a primeira universidade da capital, que possuía apenas uma escola de formação de professores, a solução encontrada foi oferecer treinamento aos monitores que compunham o projeto.

Não demorou muito para que os organizadores sentissem a necessidade de produzir seu próprio material didático e essa foi uma das pautas das reuniões entre orientadores e monitores que, além de planejar e corrigir os exercícios propostos, buscavam agora fazer um levantamento cultural da localidade onde eram realizadas as aulas, com o objetivo de tornar a aula mais próxima da realidade dos alunos.

O êxito foi tanto que logo o movimento se espalhou por outras cidades do Rio Grande do Norte e pulou de 60% em 1961 para 85% de índice de aprovação em 1963. Os alunos que eram 2000 no ano de sua inauguração chegavam a quase 20.000 apenas dois anos depois. O número de monitores também aumentou significativamente de 243 para 500. “De pé no chão também se aprende a ler” representou um avanço para a educação potiguar; em todo seu processo, usou verbas nacionais enquanto o governo do Estado contava com a ajuda norte-americana em suas escolas.

O projeto oferecia ainda aulas de formação profissional, praças de cultura que proporcionavam à população acesso aos livros através de suas bibliotecas. E mesmo com todos esses serviços prestados, a permanência de cada aluno na campanha saía por menos de dois dólares por ano.

A demanda por educação não existia somente no nordeste e foi por isso que o presidente João Goulart firmou uma parceria com a Igreja Católica e fundou mais uma campanha voltada à educação popular, que iria atingir, além da região Nordeste, a região Centroeste e o Norte do país, passando a ser chamado de Movimento de Educação de Base (MEB).

Iniciado no ano de 1961, o MEB foi o movimento de educação popular que durou mais tempo no Brasil, tendo suas atividades extintas no ano posterior ao Golpe. O principal método de divulgação do movimento foi pelas transmissões via rádio. Apesar de ser o mais duradouro dos movimentos brasileiros, no ano de 1964, o MEB regride bastante, perdendo o cunho popular e passando a visar a educação fundamental, sem contar o número de escolas, que sofreu uma queda brusca de 6218 para algo em torno de 4000 no início da instauração da Ditadura.

Em meio a esse contexto de busca da cultura popular através da educação, a UNE sente-se motivada a fundar um movimento de educação popular e; tendo como principal organizador Oduvaldo Viana Filho, surgiu o Centro Popular de Cultura (CPC).

Entre os feitos do CPC contavam produções cinematográficas, peças de teatro, textos literários, composições musicais e mais posteriormente projetos voltados para a área de alfabetização.

O CPC chega a fundar seu próprio teatro que viria engajado com o sucesso das exposições do teatro de rua do movimento que ficou conhecido popularmente como caixotinho. Antes mesmo da tomada de poder pelos militares, o CPC tem sua sede teatral principal depredada pelos opositores.

1.3 - A instauração do Golpe e da Ditadura Militar

Tomando Germano (2000) como base de estudos, entende-se que o primeiro governante a tomar posse no período de ditadura foi um civil chamado Ranieri Mazzelli, que até aquele momento ocupava o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Apesar de nesta ocasião a Presidência da República ser administrada por um civil, quem realmente determinava o que deveria ser feito dentro do país era uma junta de militares que se proclamou de Supremo Comando Revolucionário, composta de cada uma das mais altas patentes das Forças Armadas. Muito diferente da atitude tomada posteriormente, essa junta declarava que só pretendia recompor o estado de ordem em todo o território nacional.

Porém, contrariando o que fora antes prometido, logo no primeiro semestre do ano de 1964 a Junta Militar decreta o Ato Institucional nº 1 (AI-1) o que acabou por

enfraquecer o poder legislativo, exercendo maiores poderes sobre o Judiciário e contribuiu para o fortalecimento do poder Executivo.

Além dos fatores outrora já citados, o AI n° 1 passou a implementar os inquéritos militares com o intuito de investigar possíveis crimes contra a ordem do Estado, e por último o AI n°1 ainda legitimava as cassações dos mandatos no poder Legislativo em toda a esfera nacional.

Nos primeiros anos que decorreram do AI n° 1, o poderio militar se tornou cada vez mais rígido, inclusive durante esse período foi assinado pelo o então presidente Castelo Branco, o Ato Institucional n°2 que determinava que competia ao Presidente da República escolher quem ocuparia o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal e que todo civil acusado de crime contra a segurança nacional seria julgado por Tribunais Militares. Foi o AI n°2 que instituiu que o Presidente da República não mais seria eleito pelo voto direto, mas sim seria escolhido pelo voto indireto por um Colégio Eleitoral.

A extinção dos partidos políticos também foi determinada pelo referido Ato, desta maneira o cenário político nacional passou a contar com somente dois partidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que exercia oposição ao governo militar e o Aliança Renovadora Nacional (ARENA) este partido de direita.

Nas palavras de Germano temos uma idéia ainda mais ampla do que foi o AI n° 2:

O AI-2 limitava ainda, os direitos das pessoas punidas por suas atividades políticas, ao estabelecer o chamado "Estatuto dos Cassados". Tal "Estatuto" proibia, entre outras coisas, ao atingido, votar e ser votado em eleições sindicais; exercer atividade ou se manifestar sobre assunto de natureza política, bem como, com vistas à "preservação da ordem política e social", poderia exercer um controle sobre o domicílio; proibir a freqüência a alguns lugares públicos, aplicar o regime de liberdade vigiada etc.
(GERMANO, 2000, p. 60)

As arbitrariedades políticas corriam cada vez mais soltas, tanto é que acabou resultando em mais um instrumento repressivo lançado pelo governo, o Ato Institucional n°3, que determinou que a partir do ano de 1966 os governadores passariam a ser eleitos pelo voto indireto, e aos governadores que tomassem posse caberia o papel de escolher o prefeito da capital de seu estado. Com isso, tinha-se tanto prefeitos como governadores aliados à Ditadura Militar.

No ano da criação do AI n° 3, que só contribuiu para formar o caráter ditador do sistema político vigente, o Congresso Nacional permaneceu de portas cerradas

durante o período de um mês, porque o Presidente da República, Castelo Branco, o ordenou através do Ato Complementar nº23. O Presidente tomou essa atitude devido ao impasse ocorrido entre o Executivo e o Legislativo, no qual o deputado Adauto Lucio Cardoso, que fazia parte do partido político do governo, permitiu que alguns deputados federais exercessem seu ofício mesmo tendo sido cassados anteriormente por Castelo Branco.

Com as deliberações dos Atos Institucionais, o governo militar passou a se fortalecer ainda mais, impossibilitando qualquer que fosse o avanço da oposição, como se constata nas palavras de Germano:

Com isso, abria caminho para impor uma Constituição que institucionalizasse o Estado de Segurança Nacional, de acordo com o alto Comando das Forças Armadas. O MDB viu-se impossibilitado de obter qualquer sucesso eleitoral, portanto: a) a Lei das Inelegibilidades impedia a candidatura de pessoas consideradas incompatíveis “com o objetivo da Revolução”; b) foi instituída uma verdadeira censura previa aos programas de rádio e televisão em que os candidatos pretendessem abordar certos assuntos considerados proibidos como, por exemplo, o próprio recesso do Legislativo.
(GERMANO, 2000, p. 61)

Com todas essas atitudes, já era mais que esperada uma vitória da Arena sobre o MDB, e foi o que de fato aconteceu, o partido de direita obteve vitória nas Assembleias Legislativas, no Senado e na Câmara Federal. Essa vitória favoreceu a implantação de uma nova Constituição Federal, já tão esperada pelos militares, e aos 24 de janeiro de 1967 a nova constituição já estava outorgada.

Dentre os novos trâmites da recém criada Constituição estava a exacerbação do controle do poder pelo Executivo, a opção pelo capitalismo como o principal sistema econômico, a submissão dos estados ao governo federal. A massa trabalhadora foi visivelmente prejudicada pela Constituição de 1967, visto esta lei proibia as greves e incentivava o trabalho infantil ao limitar uma mínima idade legal para o trabalho de 12 anos. As conseqüências logo foram sentidas pela população, que sofreu com a queda no nível do salário e com o grande índice de evasão escolar, em decorrência das crianças que agora trocavam os livros pelo trabalho.

A segurança nacional também muda de âmbito. O que em 1946 era perigoso por se tratar de ameaças externas é esquecido em 1967 que passa a se preocupar com “inimigos internos” presentes dentro do território nacional, sendo que, nessa perspectiva, cabia à população civil denunciar as práticas desses inimigos, caso contrário qualquer cidadão poderia se tornar responsável criminalmente como praticante de ato de subversão.

A nova Constituição permitia uma pequena brecha democrática, ao aceitar reuniões, a mobilização de associações, o descarte da cassação política imediata e a garantia de *habeas-corpus* no caso de invasão de domicílio. Aos 13 de março de 1967, dentro deste contexto, assumiu a Presidência o General Costa e Silva, que, nos primeiros anos de seu mandato, sofreu com as greves ocorridas em São Paulo e Minas Gerais, com as manifestações estudantis, uma vitória da oposição, visto que Carlos Lacerda era governador da Guanabara, e com mudanças nas correlações de forças no interior da Igreja Católica, que resultaram na organização de ações sistemáticas e posicionamentos de apoio aos oposicionistas.

Tais manifestações acabam por repercutir em mais um impasse entre o Legislativo e o Executivo. O problema se iniciou quando o poder Executivo pede a suspensão da imunidade parlamentar do deputado Marcio Moreira Alves, porque segundo o governo o deputado teria feito um discurso ofensivo às Forças Armadas. O Congresso não permitiu a suspensão, o que acabou resultando no Ato Institucional nº5. A partir deste decreto, inicia-se a linha mais repressiva da Ditadura Militar.

O AI-5 se constitui por ser o mais punitivo dos atos institucionais, os militares a essa altura podiam tudo, qualquer pessoa poderia entrar na categoria de inimigo do Estado de segurança nacional e para isso o governo militar lançava mão de sessões de tortura, prisões em massa e até mesmo assassinatos eram fatos corriqueiros da época.

Entre os inúmeros artigos constituintes do AI-5, destacam-se, segundo Germano (2000), aqueles que atribuem um grande poderio ao Presidente da República. Segundo o artigo 3º, o Presidente da República poderia “decretar intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na constituição”. Do mesmo modo, sem as limitações previstas na Constituição, o Presidente poderia, de acordo com o artigo 4º, ouvir do conselho de segurança nacional, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Outros artigos do AI-5 determinam, entre outras coisas: a suspensão do *habeas-corpus* aos cassados por crimes políticos; que os indivíduos que fossem cassados teriam sua liberdade vigiada, sendo proibidos de freqüentar determinados lugares; que os mesmos seriam terminantemente proibidos de se manifestar sobre

qualquer assunto de ordem política, sendo impedidos de votar e de se candidatar em qualquer organização sindical.

Logo após a instituição do AI-5, os militares fecharam o Congresso Nacional por quase um ano, vários atos institucionais e decretos que legitimavam dentro do país a tortura psicológica, como atos de punição, a pena de morte e a prisão perpétua, foram promulgados, aumentaram de maneira significativa o sistema repressor dentro do país. Foi nessa época que aumentou o controle sobre as universidades e a censura à imprensa.

A falta de senso e respeito político chega a tal ponto que os próprios militares não cumpriram com o que eles mesmos decretaram, ao impedir a posse do Vice-Presidente, quando Costa e Silva cai doente, tudo porque Pedro Aleixo se opusera à intervenção do AI-5, e mais uma vez uma junta militar toma o controle da política nacional, permanecendo desta maneira até o empossamento do futuro presidente Emilio Garrastazu Médici, que até então ocupava o cargo de General.

Os números dos que sofreram nas mãos do regime são altos, 300 entre pessoas que desapareceram ou morreram, 10.000 exilados, 245 estudantes universitários que foram impedidos de freqüentar as aulas porque foram enquadrados no decreto 477 e milhares de pessoas presas.

O governo militar passa a intervir também na economia nacional, que cria um número maior de empresas públicas do que as criadas nos governos anteriores. Porém o Estado forneceu doações bem generosas ao capital privado, sendo assim o governo desviou recursos públicos em forma de subsídios fiscais. Os benefícios concedidos para as empresas privadas fizeram com que os empresários reclamassem das estatizações, de olho claro no capital que poderia vir a ser investido em suas empresas. Esta atitude tomada pelo Estado, entre outros fatores, ocasionou o aumento da dívida externa, que no começo dos anos de 1970 estava fixada em 3,2 bilhões de dólares e em 1981 chegava aos 44 bilhões. A dívida externa crescia duas vezes mais que o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações do Brasil.

O sistema econômico escolhido pelo Estado acabou gerando uma grande concentração de renda, visto que o aumento do número de grandes empresários do setor privado estava associado a uma expansão do número de postos de trabalho qualificados, mas, simultaneamente, a uma multiplicação do contingente de trabalhadores assalariados com baixa remuneração. Isso, associado à ampliação da

concentração populacional em áreas urbanas e ao aumento das ocupações informais, compõe um quadro de estabelecimento de uma nova composição populacional que, sob inúmeros aspectos, expressava um aumento das desigualdades sociais no país.

O trecho abaixo ajuda a esclarecer as conseqüências da concentração de renda para a economia nacional:

Finalmente, em face de um quadro de exclusão efetiva – que em 1982 atingiu 64% dos brasileiros considerados como de provável dependência social, segundo o Ministério da Previdência Social – o Estado define e executa um conjunto de políticas sociais com vistas não somente a “prevenir” e “compensar” as “carências” provocadas pelo processo de acumulação, mais também visando legitimar-se perante o amplo setor popular e mesmo da “classe média”, bem como, no limite, servir de suporte à própria acumulação. Trata-se portanto de “incluir” os “excluídos”; por isso, a política social tem sido definida, no discurso oficial, como algo que se destina aos “carentes”, quando de fato ela atinge diferencialmente todas as classes sociais.

(GERMANO, 2000, p. 65)

A privatização do Estado pode ser sentida na área da saúde, contando-se que 72% dos investimentos destinados a esse setor foram desviados ao setor privado. Na área educacional também repercutiu a privatização, até porque significativa parte das verbas destinadas ao setor educacional público estava sendo investida em escolas particulares.

Se até a primeira metade da década de 1970 pode ser associada à fase do terror, com a derrota da democracia, através de prisões, exílios, assassinatos, o segundo meado da década de 1970 até os anos iniciais da década de 1980 foi o que apresentou a maior abertura política, devido à crise do sistema econômico, à anulação do AI-5, à sociedade que voltou a se organizar e se diversificar em suas funções. Foi desta maneira que se configuraram os anos finais da Ditadura.

CAPÍTULO 2
A AÇÃO DA DITADURA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

2 - A AÇÃO DA DITADURA SOBRE O ENSINO SUPERIOR

2.1 – Mudança estrutural nas Universidades e resistências

Em face das mudanças ocorridas devido à criação da Universidade de Brasília (UnB), inspirada no modelo norte americano de educação superior, as universidades brasileiras começam a passar por um momento de mudança estrutural e, segundo Cunha (1988), uma das primeiras universidades a passar pelas mudanças no período foi a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A instituição, chamada até então de Universidade do Brasil, perde o nome e o *status* para a UnB, que passa a ostentar o título de universidade modelo.

Talvez pelo ressentimento causado pela criação da UnB, mas também devido a divergências políticas e acadêmicas, a UFRJ se esforçou muito pouco para se enquadrar ao novo regime de modelo universitário e essa atitude veio de todo o corpo acadêmico. Diferentemente da UFRJ, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) fez o possível para se igualar ao sistema adotado pela universidade da atual capital federal. A Universidade de São Paulo (USP), ao contrário, não aderiu às mudanças do novo sistema de ensino superior, apesar de seu corpo docente ter comparecido às reuniões, que explicitavam como se daria o recém implantado modelo de ensino.

A atitude oposicionista da USP se deve ao fato de que a maioria dos professores que ali lecionavam era contra à subordinação das universidades brasileiras ao modelo de ensino superior norte-americano. Já na UFMG, tanto o governo do estado quanto os diretores da instituição colaboraram para que essas mudanças fossem realmente efetivadas.

Apesar de ter colaborado com as idéias militares no que se refere ao ensino superior, a UFMG não ficou de fora dos atos repressores do governo, e o primeiro deles ocorreu porque o reitor da universidade convidou Darcy Ribeiro, que era professor, Ministro da Educação na gestão presidencial de Jango e estudou na referida instituição, para ministrar uma aula inaugural que ocorreria no ano de 1964. Em sua palestra, Darcy Ribeiro fez pesadas críticas ao modelo antiquado adotado pela universidade e, com isso, recebeu o apoio do corpo discente presente e de alguns professores.

O General Carlos Luis Guedes que estava presente não se agradou nem um pouco das palavras proferidas por Darcy Ribeiro e tentou cassar o reitor da

universidade, o que foi em vão. Porém, ainda no ano de 1964, o general invadiu a UFMG, expulsou o reitor e colocou em seu lugar o Coronel Expedito Orcir Pimenta, que lecionava no Colégio Militar da capital mineira.

O governo estadual e até mesmo o governo federal pressionaram pelo fim da ocupação da UFMG. A notícia foi divulgada na imprensa, e o jornal O Estado de Minas se colocou de maneira clara contra a posição da intervenção militar.

Todas essas manifestações acabaram resultando na volta do reitor à UFMG. O reitor retorna à universidade cheio de novas idéias que resultaram em uma série de mudanças na UFMG, como a implantação da biblioteca central em 1966, a criação de um modelo universal de diploma emitido pela faculdade, a implantação do conselho de pesquisas, o vestibular que passa a ser unificado. Todas essas inovações fazem parte de um Plano de Reformas, cujo pequeno trecho abaixo transcrito é bem expressivo da perspectiva então adotada.

A universidade deve estar aberta ao povo, expressar os interesses da comunidade e não as vontades particulares. Por isso, não tolera os radicalismos, os compromissos ideológicos e políticos. Outras instituições expressarão também os interesses gerais, como, por exemplo, o Estado moderno; todavia, enquanto o Estado, ao tornar-se totalitário e ideologicamente particularista, ainda continua a preencher certas funções de caráter geral, a sobrevivência da universidade está necessariamente associada ao exercício da liberdade. A falta de liberdade não sobrepõe apenas vontades particulares a interesses gerais, mas obsta também às mais altas exigências da razão.

(Plano de Reformas, 1967, apud CUNHA, 1988, p. 129)

O General Meira Matos fez um dossiê, para fins de justificar uma possível invasão, contra os posicionamentos tomados pela UFMG, dentre eles, claro estava o Plano de Reformas, que incentivava a participação da universidade na independência cultural do país, e as atitudes tomadas pelo diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, que se opunha a que os alunos fossem enquadrados na legislação vigente.

Dois anos antes de ser promulgada a reforma universitária, no âmbito da USP também estruturam-se idéias em um relatório sobre esse assunto. Os primeiros documentos gerados pela USP, nesse contexto, surgiram da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), mais especificamente por parte do professor da Universidade Simão Matias.

Matias defendia a idéia de que a FFCL deveria estar integrada a todas as outras faculdades, fazendo uma ponte entre os cursos. Mas o próprio Matias dizia não acreditar mais que essa integração entre as faculdades se tornasse possível de

ser efetivada. Ao invés da integração a ser realizada pela FFCL, Matias passava a apoiar a idéia que a universidade deveria ser dividida em institutos e departamentos, reunindo todos os cursos em grupos comuns, desta maneira, poria fim ao exame vestibular para uma faculdade específica, mas as provas passariam a ser as mesmas para toda a universidade.

Outra idéia presente no documento que visava a reestruturação da USP era justamente que a mesma deixaria de ser uma faculdade e passaria a ser uma fundação. O plano gerou um grande desconforto nos alunos da USP, visto que se passasse a ser uma fundação a universidade poderia não mais oferecer ensino gratuito. O clima de desconfiança gerado pela reestruturação fez com que poucas pessoas comparecessem às reuniões propostas, que acabaram ganhando um tom de caráter secreto.

Após um ano e meio de ter começado o processo de reestruturação a comissão apresenta o “Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo”. Em relação à mudança estrutural que viria a ocorrer na USP, o memorial preferiu não mexer com as unidades instaladas fora da capital paulista, já todas as faculdades que se encontrassem na cidade de São Paulo deveriam se mudar para a cidade universitária que estava em processo de construção.

O Memorial da USP não estava de acordo com a estrutura adotada pela UnB, devido a isso rejeita a idéia de dividir a universidade em faculdades, sendo assim a USP ficou dividida em 17 institutos distintos a única exceção foi a FFCL que continuou a manter sua estrutura de antes. Essas mudanças estruturais mexeram também com a organização universitária, com o Memorial, a Cátedra desaparece e os recém-criados institutos poderiam se dividir em uma fração ainda menor que viria a ser chamada de Departamento.

Em relação aos arquivos acadêmicos, a reestruturação adotada pela USP propunha que cada departamento deveria ter uma biblioteca sobre o seu assunto, a mais completa possível, e que também deveria ser criada uma biblioteca central que atendesse a todos os institutos, que conteria obras difíceis de serem encontradas e livros de pouco uso.

No que diz respeito ao sistema de ensino, a mudança da universidade paulista ocorreu de maneira que as matrículas pudessem ser realizadas por disciplina, formas de acabar com os excedentes na universidade. Referindo-se à grade curricular de cada curso, a mesma deveria ser feita por uma Câmara

Curricular na qual estariam presentes estudantes e representantes de cada instituto. O currículo de cada curso foi promulgado de maneira que todas as grades fossem compostas de disciplinas básicas e de disciplinas especializadas.

Com o sistema de matrícula por disciplina, o aluno poderia ganhar um certificado ao realizar dois ou quatro semestres, esse certificado valeria como uma espécie de nível superior não concluído, porém a USP não aconselhava a criação de cursos de pequena duração.

O Memorial alvitava que no vestibular para a USP as provas deveriam ser escritas. A partir daí a prova oral seria eliminada, o vestibular seria realizado em apenas uma etapa, e os aprovados seriam os candidatos que conseguissem ponto suficiente para completar o quadro de vagas da carreira pretendida, os alunos excedentes passariam a ser considerados inabilitados, sem qualquer chance de recorrer à justiça por uma vaga. E, para as carreiras como Medicina, Física e Química, o candidato teria que realizar uma prova prática.

O corpo docente não foi esquecido pelo Memorial, que definia que o quadro de professores ficaria dividido da seguinte maneira: professor, professor-associado, professor assistente e instrutor. Para ocupar o cargo de professor assistente, o profissional tinha que ter o título de doutor; para instrutores e professores seria realizado um concurso com prova de título. A carreira de professor não seria mais separada da carreira de pesquisador o mesmo profissional exerceria as duas funções.

A estrutura departamental passaria a seguir o seguinte esquema: todas as categorias de professores iriam fazer parte do departamento junto com seus respectivos representantes, que poderia ser representante do corpo docente e também do corpo discente, incluindo colaboradores que fizessem parte do instituto; o número de professores representantes seria obrigatoriamente menor que o número de professores que fizessem parte de um mesmo departamento. Os professores de cada departamento ficariam responsáveis em eleger um diretor para este setor, sendo que o futuro diretor tinha que ser um dos professores do departamento.

Ao reitor caberia o papel de escolher o diretor de cada instituto, que também deveria ser professor da unidade. O reitor da universidade seria escolhido pelo então governador, que receberia uma lista de indicação com nomes para o cargo, que

seria feita pelos representantes discentes e docentes, pelos diretores de cada instituto e pelos diretores das faculdades que ainda existissem na USP.

Não demorou muito para que o Memorial da USP fosse fortemente criticado. O sociólogo Florestan Fernandes, que fazia parte da FFCL, escreveu um artigo no qual ele iria contra muitas questões presentes no Memorial, salvo raras exceções. Fernandes foi contra o fato de algumas faculdades da capital paulista não terem se transferido para a cidade universitária, segundo ele as unidades ficariam à margem do contexto de reestruturação. Outro ponto abordado pelo sociólogo foi a questão da função dos professores que em sua opinião não diferia em nada da estrutura anterior, passando a ser uma carreira cada vez mais competitiva ao invés de promover a inovação dentro da USP.

As mudanças que foram consideradas benéficas por Fernandes foram o fato de o vestibular ter se tornado único para toda a universidade, a questão da existência de diversos *campus* fora da cidade de São Paulo e a maneira como a universidade foi dividida, em institutos, o que não seguiu o modelo da universidade da capital federal. Abaixo segue um pequeno trecho escrito por Florestan Fernandes sobre o Memorial:

Contudo, suprimir as cátedras mantendo todo o poder concentrado nas mãos de alguns professores e de certos órgãos de cúpula, que substituirão os que existem atualmente, não altera fundamentalmente os inconvenientes da presente situação. Estamos imersos na crise profunda e mesquinha que essa estrutura institucional do poder gerou...
(FERNANDES, 1968, apud CUNHA, 1988, p. 147)

O sociólogo paulista demonstra sua grande insatisfação com o documento e chega a incitar forças que se encontrassem fora da universidade para poder reverter esse quadro, forças estas que, porém, não foram identificadas pelo autor.

Além das manifestações de Fernandes, surgiram outras como as das Comissões Paritárias que acreditavam que o Memorial tinha um caráter elitista, visto que fixou o vestibular em 12 matérias, sendo que essas 12 matérias não eram ministradas nas escolas públicas, evidenciando que o sistema impossibilitaria o acesso à universidade dos estudantes provenientes especialmente dos cursos profissionalizantes, em geral ocupados por segmentos sociais de mais baixa renda.

As Comissões paritárias tinham um grande receio de uma futura fragmentação da FFCL que, segundo as Comissões, iria acontecer devido ao novo modelo adotado. Outro fato rejeitado pelas Comissões foi a fusão acadêmica de

professores e pesquisadores. A Comissão julgava que todo professor é um pesquisador, mas que nem todo pesquisador é um professor, assim, para eles, os cientistas teriam uma dificuldade enorme de se adaptar à carreira docente.

Por meio de um movimento que se formou na mesma faculdade de Simão Mathias, a FFCL, o curso de Ciências Sociais foi quem deu o primeiro passo para a formação das Comissões, ao discutirem em suas reuniões questões como o currículo, considerado pelos estudantes muito teórico, por não tratar da realidade vivenciada pelo país. As Comissões Paritárias ganharam cada vez mais força e foram multiplicando suas idéias, o que resultou no aparecimento de novas comissões até em *campus* fora da capital paulista.

As Comissões Paritárias não concordavam com o modelo de universidade vigente, pois de acordo com as suas idéias a instituição estava voltada a interesses empresariais e subordinada ao governo. A universidade, na concepção das Comissões, deveria exercer um outro papel, o papel de formar um pensamento crítico dentro do seu estabelecimento e na sociedade como um todo. Defendiam a idéia de que o ensino deveria ser gratuito em todas as faculdades, e como forma de inclusão requeriam a ampliação dos cursos noturnos, questionando severamente o fato dos alunos serem excluídos do ensino superior devido ao número de vagas.

Abaixo, um trecho de um documento escrito pela referida Comissão que exemplifica bem esse posicionamento:

Nesse sentido, a participação paritária dos estudantes não virá a questionar a hierarquia do saber; virá antes valorizá-la e protegê-la de hierarquia administrativa e burocrática, com que se pretende confundi-la, mas com a qual só se identifica na aparência.
(Comissão Paritária, 1968, apud CUNHA, 1988, p 158)

A comissão reivindicava que as verbas fossem repassadas diretamente para a USP, sem passar por qualquer intervenção externa, e que caberia aos membros da faculdade dar ao dinheiro o destino desejado, sem estar subordinado ao governo. Sobre a estrutura do exame vestibular, as Comissões visavam que o mesmo fosse composto de um menor número de disciplinas e que essas disciplinas deveriam ser ministradas nas escolas de 2º grau, e o vestibular passaria a ter dois exames agrupados para carreiras distintas.

A respeito da estrutura curricular do ensino superior, a Comissão acreditava que a grade deveria ser dividida da seguinte maneira: “primeiro ciclo curricular” e

“segundo ciclo curricular”. O primeiro abrangeria matérias denominadas básicas, e o segundo os alunos realizariam de acordo com as notas obtidas no primeiro, teria uma duração livre e o próprio aluno escolheria em que tipo de profissional ele gostaria de se formar, com uma carreira reconhecida por lei ou não. Os cursos de pós-graduação também mudariam de função. Ao invés de formar profissionais para o exercício da docência no ensino superior, prepararia para um futuro mestrado e doutorado.

As Comissões Paritárias, porém, também passam a divergir sobre algumas medidas adotadas na reforma, como foi o caso da Comissão Paritária formada pelo curso de Economia e da Comissão Paritária formada pela Faculdade de Higiene e Saúde Pública. A primeira defendia que o exame vestibular fosse extinto e seriam justos os concursos com provas de títulos para professores da USP. Essas duas idéias iam contra os princípios da Comissão Paritária da FFCL, que defendia a idéia de que o aluno de 2º grau saísse da escola com uma carreira profissionalizante e que caberia aos profissionais formados na universidade pública retribuir o bem recebido em forma de serviços prestados à comunidade por um determinado e imposto período de tempo, o que gerou muito protesto e foi alvo de recusa para a maioria dos estudantes.

A existência de tantas idéias divergentes presentes nas Comissões Paritárias da USP passou a preocupar os próprios estudantes. O que os universitários temiam era justamente o fato do Conselho Universitário ter acesso a essas idéias contraditórias e fazer a sua própria reestruturação universitária, o que se configuraria em um golpe para os alunos da USP, pois todo seu esforço seria em vão e a estrutura seria preservada.

Esse quadro de intensa mobilização, mas também de intensificação de desacordos e disputas de posições, expressa tanto as resistências quanto as fragilizações que acabaram compondo o contexto da reforma universitária.

2.2 - A intervenção americana

A influência norte americana sobre o ensino superior se intensifica bastante com a tomada de poder pelos militares, visto que ela já vinha ocorrendo desde a década de 1940. No período da ditadura, o MEC contrata consultores norte-

americanos para a estruturação de um programa voltado para este nível de ensino, que não era alvo freqüente das políticas nacionais.

O grupo, composto por quatro consultores, permaneceu por quase um mês no Brasil; onde analisou diversos documentos produzidos pela USAID e visitou várias universidades brasileiras. Com esta análise, o grupo conclui que as universidades brasileiras se encontravam em pior situação do que as da Argentina e do Uruguai, a quantidade de estudantes universitários estava muito abaixo do esperado, não havia bibliotecas e laboratórios adequados, o tempo dedicado para os estudos era insuficiente tanto para professores quanto para alunos. As únicas instituições que receberam aprovação foram a UNB e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), (Cunha, 1988).

Os Estados Unidos tinham todo um interesse político na reestruturação da universidade brasileira de acordo com os padrões americanos, isto porque eles acreditavam que os grandes políticos nacionais recebiam formação nessas faculdades. Com as universidades adequadas ao padrão norte americano, um futuro amigável estava garantido entre os dois países. Para que sua idéia fosse bem aceita pela sociedade brasileira, a USAID propõe complementar seu grupo de consultores com professores renomados das instituições nacionais.

Alguns projetos visando fazer a qualificação acadêmica dos estudantes brasileiros foram mantidos pela USAID, como no caso do envio de estudantes da Fundação Getúlio Vargas para universidades americanas, com vistas à obtenção de títulos de mestre e doutor; os professores norte-americanos que foram enviados ao Brasil com o objetivo de dar formação continuada sobre administração universitária; acordos que ligavam cursos das universidades públicas brasileiras, como os de veterinária e os ligados à agricultura, a universidades dos Estados Unidos. Fora o grande número de livros que foram traduzidos e cedidos a instituições de nível superior.

A USAID se preocupou muito em expandir os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, por isso financiou projetos que visavam desenvolver estes cursos na USP, que recebeu verba para implantar cursos de pós-graduação em economia e em energia nuclear. Outra preocupação constante foi a formação de profissionais capacitados a dar aulas nesses cursos, por isso a existência de 3.800 bolsas concedidas pela USAID para que os estudantes fizessem mestrado e doutorado nos Estados Unidos.

No ano de 1965, o MEC firma um acordo formal com a USAID, que pretendia melhorar a estrutura das universidades brasileiras. Participaram desse plano tanto consultores internacionais quanto colaboradores brasileiros. Este acordo foi denominado MEC-USAID e o seu grupo de participantes recebeu o nome de Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES), sendo composto por dez integrantes, cinco consultores norte-americanos e cinco professores brasileiros altamente qualificados. O grupo estipulou um prazo de dois anos para efetivar as mudanças necessárias e durante esse período os Estados Unidos enviariam, se fosse preciso, um número indeterminado de consultores para auxiliar o EPES. A seguir, um pequeno trecho das principais mudanças a serem realizadas pelo grupo:

1) elaboração de planos exequíveis para a ampliação e reestruturação do sistema educacional do ensino superior para o período de 1965/70; 2) criação de um mecanismo eficiente para desenvolver planos a curto e longo prazo; e 3) criação de um quadro de técnicos brasileiros em planejamento educacional de modo que o MEC pudesse levar avante esse planejamento em bases contínuas e progressivamente mais elevadas.
(CUNHA, 1988, p. 175)

No plano do EPES estava a idéia de fazer mudanças de todo o tipo dentro das universidades, fossem elas de currículo, de administração, de pesquisa e de quadro de funcionários. O convênio firmado com a USAID não agradou ao Conselho Federal de Educação (CFE) e as críticas do órgão acabaram sendo aceitas pelo governo, que determinou que tanto os professores quanto os projetos produzidos pelo EPES seriam obrigados a obedecer ao CFE. Vale lembrar que, pouco tempo antes da constituição do EPES, o CFE tinha produzido um relatório sobre o ensino superior brasileiro, no qual não projetava grandes mudanças, apenas propunha que o número de alunos não aumentasse mais nas universidades públicas.

Frente a antipatia que os estudantes e professores brasileiros manifestavam em relação à participação americana no EPES, a USAID promete que a parte brasileira da equipe tornaria pública por meio de rádio, jornais e imprensa todos os projetos do grupo. Isso, de verdade, nunca aconteceu, o que irritou mais ainda os universitários que creditavam aos Estados Unidos uma ajuda para a efetivação do golpe militar. Os estudantes denunciaram as atitudes do EPES, referindo-se às suas idéias ocultas, o que na maioria das vezes não foi comprovado pelo MEC.

A escolha dos integrantes brasileiros do grupo não foi tão fácil da parte brasileira. Só depois de um ano de união MEC-USAID é que foram liberados os nomes dos profissionais que fariam parte da equipe, o que nunca saiu do papel, pois nenhum dos profissionais aceitou o cargo, sendo que os mesmos justificavam a recusa por causa do trabalho que seria de horário integral e por causa do baixo salário.

Em 1967, no mês de março, é que foram anunciados os nomes definitivos da equipe brasileira, escolhidos pelo Ministro da Educação. Entre eles estavam Newton Sucupira, Roberto Figueira Santos, Rubens Mario Garcia Maciel, todos estes do CFE, e, por último, Paulo Ernesto Toller, do ITA. Os membros da equipe americana foram definidos através do consórcio da Universidade do Meio Oeste dos Estados Unidos.

Em meio a inúmeras críticas da sociedade civil feitas à participação norte-americana na reestruturação das universidades brasileiras, o MEC-USAID se viu obrigado a mudar suas estratégias, o que acabou gerando um novo nome para a equipe responsável em reestruturar o sistema universitário: Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Sua estrutura também foi modificada, passando a ser composta por quatro professores brasileiros renomados e quatro consultores norte-americanos que só prestariam uma assessoria ao grupo.

Apesar da mudança do nome e do discurso, a EAPES continuou a enfrentar a recusa dos brasileiros por causa da presença dos assessores americanos, outros problemas igualmente surgiram na equipe brasileira que foi toda reformulada por duas vezes consecutivas. As críticas acabaram pondo um fim antecipado ao EAPES, que acabou produzindo apenas um relatório de 648 páginas.

Composto de textos produzidos pela equipe brasileira e pela equipe americana, o relatório do EAPES, segundo Cunha (1988), possui uma série de falhas: faltava índice para os textos produzidos pelos americanos; estes, que só prestariam uma assessoria, acabaram produzindo dois terços do documento; vários textos americanos apareciam repetidas vezes; faltava tradução para alguns artigos, como de John Ryder, que fazia um levantamento importante sobre a universidade brasileira: número de matrículas, professores, as políticas utilizadas e os cursos de pós-graduação. Talvez houvesse uma intenção por trás da não tradução do texto de Ryder, já que o assessor usava parâmetros diferentes dos adotados pelo governo. Os textos que foram traduzidos apresentavam erros graves, visto que os tradutores

trocaram diversas palavras, o que gerou um outro sentido para os textos dos norte americanos, como na frase em que os consultores estrangeiros se referem aos Estados Unidos como patrocinador da reestruturação, o que ficou traduzido erroneamente como patrões da reestruturação.

O consultor americano Hunter, em sua parte do relatório, descreve que o sistema de vestibular deveria ser mudado. Para ele, o exame precisava ser feito por um grupo de consultores brasileiros. O americano criticou também o fato dos estudantes brasileiros só prestarem o vestibular para universidades próximas a sua cidade, comparando com os estudantes do seu país que saem do seu estado para cursar o ensino superior em outros. Ele também sentia falta da credibilidade dos testes vocacionais no Brasil, referindo-se ao fato de que nos Estados Unidos os candidatos fazem o teste e prestam o exame para o curso indicado, o que não acontecia no Brasil.

Outro consultor americano, Hoge, também faz críticas ao sistema universitário brasileiro, mais especificamente ao controle exercido pelo governo federal nas universidades, que ele dizia ser muito inflexível, não respeitando as diferenças culturais de cada região do país. O consultor afirma que as universidades deveriam mudar de autarquia para o sistema de fundação. Quanto ao sistema de crédito, já vigente nos Estados Unidos, ele recomendava que não fosse instituído no Brasil. Por fim, o consultor americano foi mais além, dizendo que a universidade brasileira nunca existiu, o que irritou bastante os reitores do país.

Começaram a surgir divergências entre os consultores americanos e os consultores brasileiros. O coordenador do EAPES, Rubens Porto, criticou os americanos falando que eles foram incapazes de estudar e conhecer os reais problemas do ensino superior brasileiro. Os consultores americanos não ficaram calados em meio às críticas da equipe brasileira e da sociedade civil e trataram de se manifestar através de um texto sobre a sua participação no convênio. Nas suas palavras:

1) Sentimo-nos muito lisonjeados pelo grau de influência que nos foi atribuído. Se tivéssemos tal poder isto faria com que nos sentíssemos completamente inadequados para a tarefa e até mesmo atemorizados. 2) Uma parte das persistentes críticas foi justa, outra parte deliberadamente a dar informações falsas. Com respeito as estas maliciosas informações falsas, pouco se pode fazer, exceto ignorá-las e continuar com o trabalho que se julga ser importante. 3) O entusiasmo em confeccionar cartazes e pintar paredes sobre o MEC-USAID indica a existência em todo o Brasil de vivo interesse na educação superior, e concordamos com essa avaliação da importância do ensino superior.

(HOGE&HUNTER, 1967, apud CUNHA, 1988, p. 194)

A parte do relatório escrita pelos brasileiros em nenhum trecho foi assinada, não podendo assim especificar a sua autoria. No que diz respeito ao exame vestibular, os consultores brasileiros afirmam que o critério do mesmo deveria ser modificado. Não haveria mais aprovados nem reprovados, só um número necessário para completar as vagas de cada curso. Os brasileiros também recomendavam que as provas fossem compostas apenas de cinco disciplinas, excluindo-se a prova de redação. Essas mudanças tinham como objetivo aumentar o número de estudantes ingressos nas universidades, de modo que 50% dos concluintes do 2º grau entrassem em um curso superior. Os componentes brasileiros dividiram opiniões a respeito do pagamento de mensalidades nas universidades federais e do auxílio dado na forma de bolsa: uns concordavam que os alunos mais abastados realizassem um pagamento, porém não sabiam informar como colocar essa medida em prática, outros defendiam que os alunos com as notas mais altas ou oriundos de uma classe social menos favorecida recebessem uma bolsa paga pelo governo, mas não pretendiam elevar os gastos do país. A solução encontrada foi uma espécie de troca entre governo e aluno: o estudante seria financiado durante seu período de estudo, mas depois que terminasse a graduação o estudante deveria reembolsar o Estado. Os brasileiros também discordaram dos americanos quanto à adoção do sistema de crédito, e afirmavam que este modelo era imprescindível para a reestruturação universitária.

Um nome de suma importância que aparecia constantemente quando se falava de reforma universitária era o de Rudolph P. Atcon. Consultor naturalizado norte americano e nascido na Grécia, se fez presente em vários momentos de mudanças nas universidades da América Central e América do Sul. O consultor, que foi contratado para prestar um apoio a EAPES, era uma espécie de orientador com relação ao caminho que deveria ser seguido. Para isso, divulgava suas idéias em palestras e reuniões por todo o Brasil, mas ao tentar realizar seu trabalho, foi alvo de recusa na UFRJ.

Atcon combatia ferozmente as críticas recebidas dos universitários e afirmava que as passeatas dos mesmos nunca iriam resolver nada, que a reestruturação precisava ser realizada e proferia que quem amasse

verdadeiramente sua pátria aceitaria a reestruturação que deveria vir acima dos desejos particulares de cada um.

O conselheiro via como um ponto fundamental de mudança os salários recebidos pelos professores, que ele considerava muito pequeno, forçando o profissional a procurar outras fontes de renda, o que acabava por comprometer a qualidade de ensino. Outra questão chave para Atcon era a pouca autonomia das universidades, frente à constante interferência do governo federal. Na opinião do consultor, as instituições deviam ser livres para escolher o tipo de administração, utilização de recursos, escolha de pessoal e organização dos currículos dos cursos. Também na sua opinião, a universidade deveria optar por um sistema administrativo igual ao de uma empresa particular. Ao analisar o sistema de administração das instituições públicas nas visitas que realizava ao redor do Brasil, Atcon conseguiu encontrar um modelo de administração universitária com que sonhara: foi na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) onde o consultor mandou treinar mais administradores universitários, pois nesta instituição é que existia um modelo administrativo de uma instituição privada, ou seja, o modelo a ser copiado para a reestruturação das universidades brasileiras, segundo Atcon. Essa opinião gerou diversas críticas dirigidas ao consultor, mas Atcon não se importou e respondeu que nunca foi sua intenção privatizar as universidades.

Em um dos seus projetos, chega a realizar planos específicos para universidades como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A primeira adotou apenas uma de suas medidas, a implementação dos departamentos. Já a segunda, além de adotar a mesma medida, oficializou um dos projetos de Atcon denominado “Centro Cibernético”, que, de acordo com o consultor, deveria abranger cursos como direito e jornalismo e tinha em seu papel principal exercer um controle da sociedade, o que revelava o caráter autoritário dos seus planos. Na UFES, o centro cibernético mudou de nome para Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Inúmeras críticas surgiram por causa da intervenção americana nos planos da reestruturação universitária. Alguns professores da USP, em maio de 1965, fizeram um manifesto no qual criticavam o Ministro da Educação por ter contratado consultores estrangeiros para ajudar nas mudanças almejadas há tanto nas universidades nacionais, julgando os professores brasileiros incapazes de fazê-la.

Os professores colocam ainda que quando Armando Salles de Oliveira fundou a USP não precisou de nenhuma ajuda estrangeira.

As críticas à presença americana aumentaram ainda mais no período da Guerra do Vietnã. Os estudantes que reclamavam da participação dos estrangeiros, por acreditar que a intenção deles era retirar a força do movimento estudantil e privatizar as universidades, em maio de 1966 se organizaram de forma simultânea em nove estados do Brasil, queimando a bandeira dos Estados Unidos, em um movimento denominado “Fora MEC-USAID”.

2.3 - Repressão

Os trabalhos de autores como Cunha (1988) e Germano (2000) evidenciam que todo o período da Ditadura Militar foi atravessado por tensões entre ações interventoras de âmbito internacional e nacional, ações de resistência e contraposição, por parte de segmentos da sociedade civil, em particular no próprio âmbito universitário, e ações governamentais de caráter mais nitidamente repressivo.

Segundo Germano (2000), uma das primeiras providências tomadas pelo governo militar ao assumir o poder foi suprimir movimentos educacionais de relevante importância no cenário nacional tais como: Movimento de Cultura Popular, Centro Popular de Cultura e Centro de Educação Popular. Nenhuma dessas instituições pode permanecer em funcionamento por ordem do governo, os seus integrantes também sofreram nas mãos do regime, seja através de cassações ou prisões. Com o movimento “De pé no chão também se aprende ler” não foi diferente, o mesmo foi acusado de fazer apologia ao comunismo, além de ter sido acusado de ser subversivo.

As universidades não permaneceram à margem do regime: eram constantes as intervenções por militares armados. Esse fato foi recorrente na UnB, que por três vezes foi invadida, a primeira vez logo no ano da instauração da ditadura. Nessa invasão, treze professores que lecionavam na universidade foram imediatamente destituídos de seus cargos, sem nem sequer receberem uma acusação formal. Vários universitários foram presos na ocasião, em que também o reitor Anísio Teixeira foi expulso. Fizeram parte dessa invasão tropas do Exército e tropas da polícia militar, esta originária do estado de Minas Gerais e aquela proveniente do estado de Mato Grosso.

A segunda invasão a esta universidade ocorreu apenas um ano depois da primeira. Desta vez, mais de 200 docentes se demitiram simultaneamente como ato de protesto devido ao fato de alguns universitários e outros docentes sofrerem violência física por parte da tropa que se encontrava instalada na universidade.

Essa segunda invasão ocorreu por causa de uma possível greve do corpo docente e discente, que reclamava dos atos do reitor Laerte Ramos de Carvalho, considerado por eles autoritário. A invasão da tropa da polícia militar foi a pedido do próprio reitor. Na gestão de Zeferino Vaz, um aluno foi expulso por defender a permanência do professor Ernani Fiori na UnB. Fiori tinha sido enquadrado no AI-1 e acabou não podendo exercer a licenciatura na UFRGS, quando foi convidado pelo então reitor da UnB para trabalhar nessa instituição, o que não agradou ao Governo Militar, que proibia qualquer indivíduo que fosse punido pelo AI-1 de ser contratado para trabalhar como professor em qualquer instituição. Zeferino Vaz demitiu Fiori nas férias, o que acabou por resultar em uma greve de professores e estudantes. Em meio à crise que estava envolvida a UnB, Vaz acabou pedindo demissão do cargo de reitor.

Na universidade de origem do professor Fiori, a repressão instituída pela ditadura foi assumida com um caráter de vingança, visto que nas investigações que procuravam combater os indivíduos subversivos, várias foram as denúncias de ordem pessoal, pois instrutores acusavam catedráticos, candidatos que não haviam conseguido a vaga na cátedra denunciavam o atual ocupante do cargo. Como resultado de tantas denúncias, chega-se à soma de 11 catedráticos expulsos e 17 professores que foram impedidos de continuar exercendo suas funções.

A UFRJ, que ainda se chamava Universidade do Brasil, também foi alvo da Ditadura Militar, que proibiu as aulas do período da noite, encerrou as atividades do pré-vestibular comunitário e expulsou 19 estudantes que pertenciam à Faculdade de Filosofia.

O governo militar expediu ainda vários mandatos, nos quais destituía os reitores de suas funções e colocava gente de confiança para ocupar o cargo. Foi o que aconteceu na Universidade Federal de Goiás, na Universidade Federal de Pernambuco e na UFF, que na época se chamava Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Em seu primeiro ano de governo, alguns militares chegaram a ocupar o cargo de reitor, como o coronel Artur Duarte Candal da Fonseca, que assumiu o posto na

Universidade Federal da Paraíba, tomando posse do lugar antes ocupado por Mario Moacyr Porto, expulso de suas funções pela Ditadura. No começo da década seguinte, o fato se repetiria na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando assumiu o cargo de reitor o oficial da Aeronáutica Genário Alves da Fonseca.

As mais violentas intervenções militares ocorreram na USP. Além de destruir o prédio e o material de uma faculdade, em uma das invasões, os militares assassinaram um aluno no estabelecimento. As atitudes das tropas eram tão agressivas que a destruição que elas causaram foi estimada em um valor de dez milhões de cruzeiros.

O reitor da USP acabou sendo conivente com as ações da Ditadura e solicitou a suspensão de direitos políticos de mais de 40 professores, sem nunca ter ouvido os mesmos, tudo porque ele concluiu, em uma comissão organizada por ele próprio e por alguns professores, que os professores posteriormente acusados possuíam idéias subversivas. Um dos professores que estava nessa lista era Florestan Fernandes.

Não foi a primeira vez que Fernandes sofreu com a repressão do regime militar. Segundo Cunha&GOES (1987), no ano do Golpe, o sociólogo estava concorrendo à vaga de uma cátedra na USP, com um outro candidato, amigo do governador de São Paulo e aliado dos militares. Nessa ocasião, o sociólogo paulista foi preso, ficando impossibilitado de concorrer à vaga. Só que este fato gerou uma série de manifestações da sociedade civil, que acabaram resultando na libertação de Fernandes que, por sua vez, conquistou a vaga.

Fato parecido que ocorreu com Florestan Fernandes aconteceu com o professor Isaias Raw, que também concorria a uma cátedra na universidade. Todavia, foi preso um pouco antes da realização do concurso devido a denúncias feitas ao governo.

A repressão chegou a tal ponto na USP que os professores que não quisessem ser acusados de subversão pelo governo tiveram que mudar seu conteúdo programático para não serem denunciados.

Nos anos seguintes, os atos repressivos diminuem de maneira significativa na USP. Porém, quando o governo promulga o AI-5, o terror volta à cena e vem seguido do Decreto-Lei nº 477, segundo o qual ficariam proibidos tanto o corpo docente quanto o discente de participar de reuniões ou passeatas, organizar

qualquer manifestação, divulgar ou confeccionar qualquer material que fosse considerado de natureza subversiva, caso estudantes ou professores descumprissem a lei. Como punição, os estudantes não poderiam se matricular por um período de três anos em qualquer universidade e seriam expulsos das universidades em que estudavam. Se fossem professores, seriam imediatamente demitidos não podendo ser contratados por nenhum estabelecimento de ensino por um período de cinco anos. Mais de 200 pessoas foram vítimas do Decreto-Lei nº 477.

Além das universidades em si, o governo militar atacou severamente a UNE, que teve a sua sede localizada na cidade do Rio de Janeiro completamente destruída. Aliás, a UNE era sempre retratada na imprensa como a “ex-UNE”, ainda que continuasse existindo na ilegalidade.

Todos os estudantes que fizessem parte da UNE ou de algum DCE foram terminantemente proibidos de participar do Fórum Universitário, que a partir daí só contaria com a presença dos reitores e do Ministro da Educação, sendo que os reitores não tinham liberdade de expressão no Fórum, ficando limitados a discutir somente os assuntos questionados pelo Ministro.

A UNE de Minas Gerais ficou proibida de exercer suas atividades por ser acusada de promover reuniões para tratar de assuntos políticos. O governo federal exigia que o governo de Minas Gerais pusesse fim à UNE de seu estado.

Para efetivar ainda mais a repressão exercida sobre os movimentos estudantis, os militares criaram uma lei que iria regular a participação dos estudantes em qualquer tipo de associação. Esta lei ficou conhecida como Lei Suplicy. A lei ainda estabelecia regras relativas às atividades e responsabilidades dos dirigentes das universidades, estipulando que os mesmos vigiassem qualquer atitude que fosse considerada contra a lei que pudesse ocorrer dentro das faculdades. Caso eles não agissem desta maneira, seriam acusados de falha grave contra o Estado.

A Lei Suplicy exigia que cada faculdade tivesse seu próprio Diretório Acadêmico, estabelecendo formas reguladas e tuteladas de participação que enfatizavam o mérito e o bom comportamento. Os alunos que quisessem integrar o diretório acadêmico não poderiam estar em dependência nem ter perdido algum ano na faculdade, e os universitários ainda eram obrigados a manter uma boa frequência se almejassem participar do diretório.

Sairiam do Diretório Acadêmico os representantes do Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), que deveriam fornecer os membros para o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). Com a lei, caberia aos estudantes o papel de procurar as verbas necessárias para a organização dos DCEs, e todos os estudantes que fizessem parte de algum DCE ficariam terminantemente proibidos de participar de reuniões, passeatas ou apoiar qualquer manifestação de caráter político. O único tipo de reunião que a Lei Suplicy autorizava ao DNE era com Ministro da Educação, que seria realizada em Brasília no período de recesso na universidade.

Como essas proibições não estavam gerando o resultado esperado, e o movimento estudantil não parava de crescer, o governo acabou institucionalizando outras normas, que viriam a substituir as estabelecidas na Lei Suplicy. Trata-se do Decreto-Lei n° 228, que foi favorecido pelo então Ministro da Educação Raymundo Moniz de Aragão e acabou ficando conhecido como decreto Aragão.

O decreto pôs fim ao Diretório Nacional de Estudantes e aos Diretórios Estaduais de Estudantes. No lugar da reunião que aconteceria entre o Ministro da Educação e os representantes do DNE, o governo propôs a realização de uma Conferência Nacional dos Estudantes, que também seria feita em Brasília, orientada pelo Ministro da Educação. Todavia, essa Conferência não poderia jamais tratar de assuntos políticos, ficando a discussão limitada apenas a questões que tratassem somente a respeito das faculdades. Essa Conferência nunca viria a acontecer.

Tais leis e decretos não foram capazes de impedir que os estudantes manifestassem sua insatisfação com o governo, tanto é que logo após a instituição da Lei Suplicy os estudantes se organizaram em forma de protesto e iniciaram um movimento conhecido como “Setembrada”. Várias passeatas foram organizadas, umas eram contra a intervenção americana através da USAID, outras contavam com a participação dos excedentes no vestibular, que haviam passado no concurso, porém foram impossibilitados de ingressar em curso superior por causa da falta de vagas.

No ano de 1968, acontece uma das maiores manifestações contra o regime, a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. No mesmo ano foi organizada outra passeata, a dos estudantes do restaurante Calabouço, que acabou resultando em uma morte, quando a polícia entrou à força no estabelecimento, com o objetivo de reprimir seus participantes. No enterro do estudante assassinado compareceram mais de 50 mil pessoas.

A UNE, que continuava agindo mesmo depois de ter sido colocada na clandestinidade, teve 800 estudantes presos pela Polícia Militar por participarem do XXX Congresso da UNE. Um pouco antes, cem estudantes da UFRJ foram presos. As manifestações dos excedentes se multiplicavam em todo o país.

Em setembro de 1968, a UnB sofre uma nova invasão, com a prisão de um estudante e vários estudantes gravemente feridos, vítimas de espancamento. O universitário que tinha sido preso posteriormente foi assassinado.

A repressão estudantil só viria a ser proibida por lei em 1979, depois de muitas passeatas, espancamentos, prisões e mortes. Dentre outras coisas, esta lei anulava o Decreto 477, que sustava a ação tanto de estudantes quanto de professores.

CAPÍTULO 3

A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA EDUCACIONAL

3 - A REFORMA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA EDUCACIONAL

3.1 - Reforma

O governo militar, em julho de 1968, visando acabar com as freqüentes manifestações estudantis e a insatisfação da sociedade civil em relação ao modelo de universidade que vigorava até então, propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que ficaria encarregado de estruturar projetos e decretos que resultassem na reforma universitária, e em apenas um mês o GT já apresentara os primeiros resultados que consistia em um anteprojeto de lei que foi enviado para o governo, onde sofreu toda sorte de mudanças devido às idéias contraditórias que poderia vir a despertar em várias camadas da sociedade.

Os membros que fizeram parte deste GT foram nomeados por meio de um decreto expedido pelo Presidente e entre eles estavam: o professor da UFRJ, Antonio Moreira Couceiro; o reitor da Universidade da Guanabara, João Lyra Filho; o Ministro da Educação, Tarso Dutra; o vice-reitor da PUC/RJ, Padre Fernando Bastos D' Avilla; o presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC/RJ, João Carlos Moreira Bessa; o aluno da escola de engenharia da UFRJ, Paulo Possas, entre outros. Os estudantes nunca viriam a comparecer a uma reunião, justificando sua falta devido à revolta criada com sua participação, que seria de caráter ilegítimo. Como maneira para solucionar o problema, o Ministro da Educação entrou em contato com diversos DCEs para que estes indicassem um estudante para compor o GT, o que foi em vão, pois nenhum representante estudantil se candidatou para ocupar o cargo.

As divergências logo surgiram, visto que o GT era composto de integrantes das mais diversas áreas de nível superior, e quando chegaram a um acordo sobre qual papel exerceria a universidade, a mesma ficaria definida da seguinte maneira, conforme mostra Cunha:

Nas suas palavras: "O Grupo vê a universidade como um lugar onde a cultura de um povo e de uma época tende a atingir a plenitude de sua auto consciência. Assim, é uma de suas finalidades essenciais promover a integração do homem em sua circunstancia histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão e à crítica de seu processo cultural".
(CUNHA, 1988, p. 243)

Apesar da universidade ter sido colocada no papel de exercer um espírito libertário, no documento produzido pelo GT a mesma ficaria subordinada ao Estado, que caberia tanto estimular quanto disciplinar a instituição. O GT procurou impedir um problema que eles julgavam estar ocorrendo na graduação, que para eles estava sendo tomada por estudantes que não correspondiam ao ensino oferecido, para isso o grupo se referia à pós-graduação como um meio de vincular o mesmo conteúdo do curso de graduação, porém voltado a alunos que correspondessem ao seu alto padrão de ensino.

No que diz respeito à administração acadêmica, o GT propunha que os professores não ocupassem os cargos de direção e reitoria, que deveriam ser ocupados por pessoas de alta competência, de carreira pública, empresarial e/ou membros da comunidade. Ainda de acordo com o documento produzido pelo GT, todas as faculdades isoladas teriam por obrigação se integrar a alguma universidade, que seria a única e fundamental forma de ensino superior.

O corpo discente também fora citado no Relatório. O documento não proibia as manifestações contrárias que os estudantes faziam ao sistema universitário. Ao contrário, o GT afirmava que a participação dos universitários de maneira crítica era muito bem aceita, mas que deveria ser monitorada para que não ocorressem manifestações desnecessárias. Para isso, o Relatório assegurava um número de 20% de estudantes nos órgãos colegiados e a partir do Relatório a presença dos mesmos se tornava obrigatória em todas as comissões e colegiados das universidades do país.

Um trecho que permaneceu quase que de maneira oculta no Relatório foi um chamado de “financiamento de bolsa”, no qual o GT sugeria que o ensino nas universidades deveria ser pago por uma determinada parcela de ingressantes no nível superior a partir do ano de 1969. O sistema funcionaria da seguinte maneira: os alunos que fossem oriundos de uma família com renda muito acima da média (35 vezes maior que um salário mínimo) pagariam uma taxa normal, sem descontos nem parcelamentos, os que tivessem uma renda entre 15 e 35 vezes acima do valor do salário mínimo também pagariam mensalidades, porém teriam esse valor parcelado por até um período de quinze anos, já os alunos considerados de baixa renda não pagariam valor algum, pelo contrário, poderiam vir a receber, se fosse necessário, uma bolsa de estudos.

O quase ocultismo do item se deve talvez ao fato de que as camadas de classe média alta se voltassem ferozmente contra o governo ou até mesmo a ira que isto iria causar nos estudantes que alegariam cada vez mais o descaso do Estado com as universidades públicas. Para se combater a previsível manifestação estudantil, o GT tratou de explicar no referido item que o Estado continuaria a investir na universidade e esse sistema de bolsa só seria uma colaboração para que a universidade pudesse progredir de maneira mais rápida.

Segundo o Relatório produzido, a estrutura curricular sofreria uma mudança e passaria a ser dividida em dois ciclos básicos, o primeiro visaria reparar possíveis falhas no ensino do aluno que era recém- chegado do 2º grau e encaminharia os estudantes para carreiras onde estivessem sobrando vagas, o segundo ciclo teria exclusivamente um caráter profissional. Para o GT os cursos de graduação passariam a ser de dois tipos distintos: os de curta duração, que visariam diminuir os custos com ensino superior e teriam como objetivo abranger a grande massa dos alunos excedentes; e os de longa duração, que não passariam por mudança significativa. Outra reestruturação importante produzida pelo GT foi a extinção das Cátedras que, de acordo com o grupo, propiciaria o ingresso de mais professores na universidade, favorecendo o ensino e a pesquisa.

Com o fim da Cátedra, surgiu também a institucionalização do departamento, que viria a ser a menor fração universitária, do ponto de vista da gestão administrativa e acadêmica. Essas mudanças acabaram por desencadear outras mudanças, como o fim do sistema seriado, que seria substituído pelo sistema de créditos, no qual o aluno se matricularia no número de disciplinas que desejasse e ainda poderia aproveitar matérias de outros cursos. Para que o novo sistema não ocasionasse um gasto muito grande para o Estado, o GT estabeleceu que no currículo do curso existissem matérias exclusivas que seriam oferecidas somente a aquele determinado curso. O GT sugeriu que fosse criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para que se pudesse financiar a educação superior, como na contratação de 1.000 estudantes como monitores e no aumento do corpo docente.

A idéia de racionalização estava muito presente no Relatório do GT, talvez pela participação dos dois economistas ou porque fosse essa a essência principal do documento. Nessa perspectiva, o investimento na racionalização implicava diminuição de gastos e aumento de produtividade. Para tal intento, o primeiro passo

era acabar com as vagas ociosas, por isso a implantação do primeiro ciclo básico de caráter obrigatório para os estudantes, que concorreria para a lotação das turmas, por meio da agregação de alunos de diferentes cursos em uma mesma classe. Ainda que Relatório indicasse a necessidade de aumento do número de professores e de construção de mais salas de aula e bibliotecas, não se deve entender essas proposições como contraditórias com o espírito do documento, já que, na perspectiva racionalizadora, a racionalização de gastos e de meios é exatamente o que propicia a expansão de outros recursos.

O GT se preocupava ainda com um possível número de profissionais formados em nível superior que não viriam a ser absorvidos pelo mercado de trabalho, prevendo as futuras inquietações que essa camada poderia vir a manifestar por causa da sua situação de subemprego a desemprego. O GT refere-se ao ensino de 2º grau para que este pudesse exercer um ensino profissionalizante, visando atender as carreiras mais necessárias para o mercado de trabalho, mas, claro, sem deixar de oferecer os estudos gerais que também seriam muito importantes para a formação do estudante.

O GT conclui seu trabalho no dia 16 de agosto daquele mesmo ano. O Relatório já pronto, então, foi enviado para o Presidente Costa e Silva pelo MEC. O Presidente se opôs e proibiu diversas passagens e no dia 28 de novembro de 1968 o chefe de Estado promulgou o Relatório como lei que veio a receber o número de 5.540, apenas duas semanas antes de institucionalizar um dos instrumentos legais mais repressivos do governo militar, o AI-5.

A lei provocou as mais diversas opiniões dentro do Congresso: uns achavam que ela resultaria em mudanças há tanto tempo almejadas e outros acreditavam que a lei não mudaria em nada a estrutura universitária. O Relatório encomendado pelo governo ao GT não foi o único produzido na esfera nacional. Os professores e estudantes mineiros se organizaram de modo a criar um documento que visasse a reestruturação da universidade brasileira, porém esse grupo não estava vinculado ao governo federal.

O corpo docente e discente da UFMG sugeria, em seu Relatório, que o ensino fosse inseparável da pesquisa e que o cargo de chefe de departamento deveria ser ocupado pelo profissional de mais alta competência dentre os outros que compunham a instituição.

O Relatório mineiro reconhecia a importância da participação estudantil nas tomadas de decisões no que se referisse às faculdades e, por isso, incentivava o corpo discente a participar de todas as reuniões sobre o ensino superior. Ao invés de incentivar o pagamento para se estudar nas universidades federais, o relatório mineiro indicava o empréstimo que o Governo Federal tomaria em forma de impostos de pessoas físicas, que em troca receberiam títulos do Tesouro Nacional

O GT formado na UFMG se preocupava significativamente com o exame vestibular, que gerava de maneira incessante uma carga de excedentes. Para eles, os vestibulandos teriam que ser orientados a não escolher carreiras que estivessem saturadas no mercado de trabalho, mas sim optar por cursos voltados para a pesquisa e ao desenvolvimento do país.

O vestibular seria reestruturado em duas etapas: o primeiro seria um teste para verificar as habilidades e aptidões dos alunos, o segundo seria para verificar os conhecimentos obtidos pelos candidatos na área de estudo da carreira pretendida, sendo que só realizaria essa segunda etapa quem passasse pela primeira.

Observe-se esse pequeno trecho do Relatório da UFMG sobre o porquê da importância de se modificar o exame vestibular:

É urgente a reformulação qualitativa dos exames vestibulares, no sentido de que atendam realmente ao direito do talento, que não se identifica por medidas de conhecimentos memorizados, mas por medidas de habilidades intelectuais. No momento atual, enquanto medida de maior alcance não puderem ser tomadas, cumpre ao ensino superior, antes de mãos nada, selecionar de maneira adequada, entre o elevado número de candidatos aqueles que são realmente 'candidatáveis' isto é, aqueles que trazem o direito do talento, os portadores da capacidade e das habilidades intelectuais que deles vão exigir os estudos de alto nível.
(Relatório da UFMG, 1968, apud CUNHA, 1988, p. 273)

A respeito do Relatório do GT encomendado pelo Governo Federal, que foi reconhecido oficialmente e virou lei, Cunha (1988) lembra que, apesar das diversas opiniões divergentes a respeito da escolha dos reitores e diretores das faculdades, não foi estabelecida nenhuma mudança a respeito desse quesito. Segundo a lei, os reitores seriam escolhidos pelo Presidente da República, os candidatos ao cargo seriam indicados pelo Conselho Universitário e a escolha dos diretores e vice-diretores seria feita pelo reitor, que escolheria o candidato dentre uma lista de seis nomes. Tanto os reitores quanto os diretores ocupariam o cargo por um período de quatro anos, sendo impedidos de assumir dois mandatos consecutivos.

Esse método de escolha dos dirigentes universitário sofreu fortes críticas de alguns deputados, quando o assunto foi apresentado no Congresso, como o

deputado Marcio Moreira Alves, para quem a escolha dos dirigentes universitários cabia somente à comunidade presente na instituição. Quem engrossou esse coro foi o também deputado Martins Rodrigues, que acreditava que tanto o governo federal quanto o governo estadual não deveriam se meter nos assuntos universitários: para ele, se o Estado tivesse essa atitude, seria bem melhor para as instituições.

No Relatório, as universidades poderiam sofrer uma intervenção do Governo Federal se estivessem infringindo a lei ou algum estatuto. Nesse caso, seu reitor seria afastado e seria colocado outro em seu lugar, um reitor *pro tempore*, que seria escolhido pelo Conselho Federal de Educação. Caberia também a este órgão abrir um inquérito para averiguar o que de fato estava acontecendo, podendo até mesmo suspender o funcionamento do estabelecimento de ensino.

Os professores também sofreriam sanções se infringissem de qualquer maneira os estatutos e regimento, a denúncia contra os profissionais poderia ser feita por qualquer pessoa, salvo se ela fizesse parte de algum departamento universitário. Os professores acusados, segundo o governo federal, deveriam ser prontamente afastados do exercício da docência.

Como medida para conter os excedentes de candidatos no vestibular, o GT mudou o nome da prova, que de exame vestibular passou a ser chamado concurso vestibular, como forma de desmontar a idéia de que haveria aprovados que não conseguiram vagas, pois estes, a partir daí, a entrariam na categoria de reprovados.

Outra questão abordada pelo Relatório do GT, como já referido acima, foi a criação de cursos superiores de curta duração, incentivando a criação de estabelecimentos de ensino que ministrassem somente esse tipo de curso.

Para o Relatório do GT, os representantes estudantis deveriam ser escolhidos entre os alunos com as melhores notas da universidade, que, segundo eles, não agiriam de maneira subversiva. Para o governo, o número de estudantes nos órgãos colegiados não poderia ultrapassar um quinto de todos os integrantes. No Relatório, os estudantes deveriam ainda participar de atividades extracurriculares, transmitindo seus conhecimentos para a comunidade. Para as universidades, caberia promover meios que favorecessem a formação cívica de seus estudantes, idéia que, com o AI-5 se tornaria obrigatória.

Os estudantes que faltassem às aulas, por estarem participando de alguma greve, teriam sua matrícula cancelada pelo reitor, e se o mesmo não o fizesse seria demitido do seu cargo, e se por acaso isto acontecesse em uma universidade

particular o governo cortaria a verba para a instituição. Não tardou para que a reforma proposta através do relatório do GT fosse duramente criticada, como fez Florestan Fernandes, que dizia que não era aquela a reforma esperada, que a lei estaria voltada aos interesses autoritários e não para a sociedade com um todo.

3.2 - Estratégias de contenção e liberação

De acordo com Cunha (1985), a vontade da classe média ascender socialmente foi manifestada através do grande número nos excedentes dos vestibulares no ano de 1964 a 1968, visto que esse era o único meio pelo qual essa classe poderia optar por uma melhor condição de vida, pois o país passava por uma crise econômica que fechou vários estabelecimentos de pequeno e médio porte, aumentando a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população.

O Estado dava como justificativa para o não aumento das vagas em nível superior a grande despesa que a medida demandaria ao governo em gastos com educação. Também argumentava que, se esse aumento fosse realmente efetivado a longo prazo, geraria um grande número de profissionais desempregados, o que obrigaria o Estado a criar cargos específicos para esses novos profissionais, gerando um gasto significativo aos cofres públicos.

Como forma de conter a procura por cursos de nível superior e diminuir o gasto que esse aumento poderia vir a ocasionar, o Estado lança mão da Reforma Universitária e de alguns decretos que impediam qualquer manifestação da sociedade reclamando por falta de vagas nas faculdades públicas. O GT que era responsável pela estruturação da reforma coloca que ela era indispensável, mas não deveria prejudicar os cofres públicos. Sendo assim, ela deveria implicar o mínimo de gastos possível, e como forma de efetivar a proposta do GT foram estabelecidas várias mudanças que serão detalhadas a seguir.

Deve-se destacar, em primeiro lugar, como medida de racionalização administrativa e de controle político, a institucionalização do departamento como unidade de ensino, pois reunindo todas as matérias de comum interesse, o gasto com professores e material didático sofreria uma diminuição e disciplinas que tratassem de um mesmo assunto não seriam mais duplicadas. Politicamente, a criação dos departamentos permitia agregar professores alocados em cátedras

diferentes, desorganizando as composições políticas instituídas e submetendo-se a pauta de debates a um maior volume e diversidade de temas e demandas.

Para diminuir o número das vagas ociosas, foi implantado o sistema de créditos, onde o aluno poderia montar sua grade curricular se matriculando em diversas disciplinas, que poderiam ser obrigatórias ou eletivas oriundas de outros cursos.

O vestibular fora modificado: Antes os alunos precisavam tirar no mínimo 5 para serem considerados aprovados; com a reforma do ensino superior o vestibular passa a assumir um caráter classificatório, sendo assim só teriam direito a uma vaga na universidade aqueles que tirassem as notas mais altas. Com essa mudança se perdia o sistema de aprovação, o que visou a acabar com as constantes manifestações dos alunos considerados excedentes.

A criação de cursos de curta duração surgiu como solução para se aumentar a oferta de vagas nas universidades sem elevar de igual maneira os gastos com educação superior. Os principais cursos que viriam a compor a oferta dessa nova modalidade de ensino foram os de licenciaturas.

Sendo alegada na lei com uma maneira de formar professores de educação superior, a criação dos cursos de pós-graduação, na verdade, serviu como método de diferenciar os alunos que só possuíam diploma de graduação daqueles que iriam possuir título de mestre e doutor, até porque o governo militar considerava o grande aumento dos ingressantes nas faculdades uma deterioração dos cursos de nível superior. Com a institucionalização da pós-graduação, seriam mantidas diferenças de nível econômico e intelectual, bem como diferenças de prestígio entre as profissões e as posições de trabalho.

Outra medida tomada pelo governo, que serviu como meio de conter a procura por cursos de graduação, foi a reforma do ensino de 2º Grau que, segundo o Governo Militar, deveria possuir um caráter terminal, ou seja, os anos que o aluno permanecesse na escola serviriam para lhe fornecer também uma educação profissional. Para os formuladores da proposta da reforma, se o estudante já possuísse um diploma de formação profissional em mãos, ele não ansiaria em entrar em uma faculdade para consegui-lo e desta maneira, diminuiria bastante a procura por cursos de nível superior.

Abaixo, a breve apresentação da Reforma do Ensino de 2ºGrau, neste trecho extraído de Germano (2000) para ajudar a entender a importância do papel atribuído a profissionalização neste contexto:

O currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de 1ºGrau, a parte de educação geral seja exclusiva nas series iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de 2ºGrau, predomine a parte de formação especial. Diz mais o parágrafo 2º, alínea, acerca da formação especial: “terá objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1ºGrau, e de habilitação profissional, no ensino de 2ºGrau.” (GERMANO, 2000, p.180)

A reforma do 2ºGrau pode ser considerada uma maneira de manter a estrutura dominante, pois a massa trabalhadora iria optar por um 2ºGrau profissionalizante, tendo em vista sua necessidade de entrar no mercado de trabalho. Nesta modalidade de ensino, eles não teriam acesso ao currículo geral cobrado nos vestibulares, ficando impossibilitados de concorrer a uma vaga na universidade. Deve-se ressaltar que a inclusão da sondagem e orientação vocacional nas series finais do ensino de 1ºGrau constituía uma estratégia de indução para a “escolha” da formação profissional em nível de 2ºGrau como uma alternativa à formação universitária.

O sistema que visava dar formação profissional não foi bem sucedido devido a diversos fatores, entre eles o fato de que o custo de um aluno de uma escola profissionalizante é bem mais elevado do que aquele que fazia formação geral, o Estado militar investiu muito pouco na formação técnica. Para se ter uma idéia, os gastos com a educação na America Latina eram por volta de 25% do PIB e no Brasil essa quantia não chegava a 10%.

O governo militar não conseguiu da maneira como almejava diminuir a grande demanda de procura por cursos de graduação, pois a classe média continuara com seus mesmos objetivos, enquanto a classe popular se sentiu discriminada com a única possibilidade de emprego ser um emprego corporal.

O 2ºGrau técnico não foi oferecido de maneira obrigatória como rezava a lei, nem nas escolas públicas nem nas particulares, devido ao seu alto custo. Em grande parte das vezes, as empresas acabaram não contratando os profissionais formados nesses cursos, pois alegavam que a formação ali empregada estava muito fora da realidade do mercado de trabalho, além do fato de que a própria empresa oferecia treinamento aos seus profissionais.

O Brasil passou a destoar dos próprios países capitalistas, onde a mão de obra qualificada era cada vez mais exigida, enquanto que em terras nacionais os anos de estudos eram encurtados por parte do governo.

As estratégias tomadas para conter a demanda pela procura da educação superior, denominadas por Cunha (1985) de estratégias de contenção, não foram às únicas medidas utilizadas na política educacional. Junto com elas vieram as estratégias de liberação, que, também nos termos de Cunha, eram formas utilizadas para camuflar os objetivos repressores das estratégias de contenção.

A expansão da escolaridade obrigatória, de quatro anos de permanência na escola, definidos na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, para oito anos, definidos no contexto da reforma do 1º e 2º Graus, é um dos principais exemplos dessas estratégias de liberação.

A pretensão do governo era que a oferta de ensino de 1ºGrau fosse amplamente estendida de forma a atender 97% dos indivíduos em idade escolar. Porém, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das principais medidas propiciadoras do aumento do alcance populacional da escola seria a ampliação do número de estabelecimentos escolares, o que só foi feito parcialmente.

Mais uma vez, as medidas efetivamente tomadas pelo Estado militar não foram muito felizes, o que fez com que o governo passasse a investir na educação não regular, por meio de modalidades de ensino de caráter supletivo, que também podem ser consideradas, nesse contexto, como estratégias de liberação.

Um programa educativo desse tipo empregado pelo governo foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O movimento, que tinha como objetivo alfabetizar adultos entre 15 e 35 anos, teve o início de suas atividades em 1970, embora tenha sido criado oficialmente três anos antes. O MOBRAL foi dividido em diferentes programas. De acordo com Cunha:

O MOBRAL tem quatro programas: (i) *alfabetização funcional*, com 5 meses de duração e duas horas diárias de aula, em postos onde os alunos são escolarizados sob a direção de monitores; (ii) *educação integrada* compreendendo o conteúdo compacto das 4 primeiras series de ensino de 1ºGrau; (iii) *desenvolvimento comunitário*, com a duração de 2 meses, com o objetivo de induzir os alunos a participarem da "vida comunitária", como um desdobramento dos programas anteriores; (iv) *atividades culturais*, não escolar e sem prazo determinado, objetivando a ampliação do universo cultural da clientela do MOBRAL e da "comunidade" a que ele pertence.
(CUNHA, 1985, p 256)

Outra estratégia de liberação desse mesmo tipo desenvolvida pelos militares foi o Projeto Minerva, sistema que consistia na transmissão das aulas via rádio, ficando a critério do aluno o local em que se dariam essas transmissões, que poderiam ser em suas casas, configurando-se o que em educação à distância se chama de recepção livre ou isolada, em radiopostos, em períodos regulares de tempo, mas sem monitores, configurando-se uma forma de *recepção controlada*, ou, ainda, também em radiopostos, mas com monitores que acompanham sistematicamente as atividades de transmissão e debate e orientam os alunos, forma de recepção chamada de *recepção organizada*.

O Projeto Minerva foi criado no ano de 1970 como o objetivo oferecer ensino de 1º Grau a uma clientela que se encontrava entre os 17 e 39 anos. O projeto produzia o próprio material a ser difundido nas aulas, tendo contado com a participação de mais de 200.000 alunos espalhados em 100 municípios.

O rádio não foi o único transmissor das medidas educativas, já que essa modalidade de educação passa a integrar um sistema de convênios entre o MEC e a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, que tinham como propósito desenvolver programas educacionais que seriam repassados para emissoras de televisão como aulas do ensino de 1º Grau. A primeira turma que concluiu o 1º Grau via televisão foi em 1974, ano em que se marca a expansão dos níveis de ensino administrados pelo sistema, que em algumas cidades, como São Paulo, chegaram a ser compostos pela oferta de graduação via transmissão televisiva.

Além de ampliar a oferta de ensino e camuflar as medidas repressoras, com as estratégias de contenção, a política liberadora passa a exercer outras funções fora do campo educacional, como a função econômica e a função política.

A função econômica foi um dos aspectos enfatizados nas ideologias vinculadas à política de liberação, pautando-se na argumentação de que, cada vez que crescia o número de trabalhadores com determinado grau de estudo, cresceria também a demanda por emprego, aumentando a oferta de mão de obra e diminuindo os salários, o que era muito benéfico para a política empresarial.

Os empresários lucrariam também com a elevação do número de indivíduos alfabetizados no país, já eles representariam um mercado consumidor em potencial. Assim, os donos de empresa eram incentivados por parte de governo a apoiar e contribuir com a campanha do MOBRAL, porque, de acordo com os militares, os

donos de empresa só teriam a ganhar com o crescimento do mercado consumidor representado pelos recém-alfabetizados.

Tanto o MOBRAL quanto o Projeto Minerva eram dotados de uma política ideológica. Aquele, porque veio para vencer o maior obstáculo no campo educacional, o analfabetismo, que foi denominado de vergonha nacional. O outro porque também surgira para tentar equiparar o Brasil a outros países em termos de permanência na escola, já que a média nacional era muito baixa, se comparada a países como Estados Unidos e os da Europa.

Segundo Cunha (1985), a propaganda pode ser considerada a grande alma do negócio quando se fala em política de liberação, visto que, para legitimar e promover a instituição de projetos educacionais, procura inflamar a importância do povo em participar em campanhas como o MOBRAL, como se pode observar nesta passagem retirada de um livro utilizado no movimento: “Benedito já sabe ler e escrever/ Arranjou um emprego melhor./ Vai trabalhar numa fábrica”.

No Projeto Minerva, esta vertente do pensamento militar foi utilizada em alguns trechos da música propaganda do sistema educativo “Depois que a gente estuda,/ a coisa toda muda/ e o Minerva esta ai para ajudar./ Eu cresço com o Minerva/ e o Brasil cresce também”.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se iniciou com o objetivo de levantar as principais mudanças sofridas pelas universidades brasileiras no período de Ditadura Militar, especialmente através da lei 5.540/68, a Lei da Reforma Universitária, observando-se como a repressão imposta pelo governo repercutiu nas atitudes de estudantes e professores.

Em síntese, pode-se perceber que a intervenção das Forças Armadas em problemáticas nacionais já vinha ocorrendo, só que de maneira mais branda. Todavia, o contexto social da década de 1960 influenciou de modo particular no processo de intervenção militar, culminando com a tomada do poder pelos militares.

Muitas foram as manifestações civis ocorridas na década de 1960 e muitas foram suas motivações. Uma delas, a ser citada, é a insatisfação pela qual passava a classe média com os excedentes nos vestibulares, que giravam em torno de 200%: os candidatos passavam pelo processo de vestibular e eram considerados aprovados, contudo não conseguiam uma vaga na universidade.

Entre outros fatores que justificavam as manifestações dos excedentes, a crise econômica que assolava o país era um dos mais visíveis. A inflação estava muito alta e vários comércios de porte pequeno e médio foram obrigados a fechar as portas. Frente a situações como essa, via-se o acesso a uma carreira de nível superior, com frequência, como um dos únicos meios de ascender economicamente.

As greves foram uma constante na década de 1960, destacando-se a paralisação organizada pela UNE que, insatisfeita com o quantitativo de estudantes que podia participar dos órgãos colegiados, organizou uma paralisação simultânea em 40 universidades espalhadas por todo o país.

Os sindicalistas também se utilizaram bastante da greve como recurso reivindicativo. No governo de Jango, graças a essas manifestações, bem como à própria abertura de João Goulart ao movimento sindical, foi conquistado para a classe trabalhadora um aumento que duplicou seus salários.

Além de ser um fator corriqueiro, como forma de manifestação da sociedade civil, a greve conseguiu atingir as Forças Armadas, como ocorrera na Revolta dos Sargentos, que se rebelaram por terem sido proibidos de tomar posse dos mandatos de deputado para o qual haviam sido eleitos.

O apoio concedido por Jango aos sargentos despertou a ira de jornais conceituados, como o Jornal do Brasil, que publicou que o então presidente havia desrespeitado severamente a organização das Forças Armadas. Outros jornais passaram a repudiar a permanência de João Goulart na Presidência da República e em suas matérias sugeriram que o mesmo fosse retirado do cargo, mesmo que, nesse caso, fossem violados os mais caros preceitos da democracia.

Além das greves e paralisações, outros tipos de manifestações populares se multiplicaram no começo da década de 1960, em especial, na região do nordeste brasileiro. Vários movimentos de educação popular se formaram, como foi o caso do Movimento de Cultura Popular. Originado no Recife e contando com a presença de Paulo Freire na coordenação de um dos seus três departamentos, o movimento pregava que não pretendia passar uma determinada cultura a seus alunos, mas fazer com que esses sujeitos fossem construtores de sua própria cultura. Para isso, ofereceram para a população acesso à biblioteca, peças de teatro e sessões de cinema.

Foi no contexto do MCP que surgiu o método Paulo Freire, um sistema capaz de alfabetizar adultos em um período curto de tempo, que partia de uma pesquisa sobre que palavras faziam parte do contexto social dos educandos, de modo a que, posteriormente, essas palavras fossem utilizadas em sala de aula para alfabetizar os adultos.

Em Natal (RN), também surgiu um importante movimento de educação popular, o “De pé no chão também se aprende a ler”. O movimento conseguiu superar a falta de professores e a falta de prédios para instalar as escolas, realizando suas aulas em acampamentos cobertos por folhas de coqueiro e de barro batido. As dificuldades encontradas não impediram que o movimento obtivesse êxito, tanto é que seu número de alunos aumentou em dez vezes em apenas dois anos, após de sua criação, alcançando índices de aprovação em torno de 85%.

A UNE não se manifestou apenas através de paralisações e passeatas. Vendo o sucesso que os movimentos de educação popular estavam alcançando no nordeste, a UNE funda o Centro de Cultura Popular que realizou projetos voltados para a área de alfabetização, exibiu filmes e peças de teatro, sendo seu projeto de maior êxito o “Caixotinho”, que consistia em apresentações teatrais realizadas na rua.

O próprio governo testemunhou os excelentes resultados que os movimentos de educação popular foram capazes de conseguir e foi por isso que João Goulart e a igreja realizam uma parceria, a partir da qual pretendiam divulgar as aulas através de transmissões de rádio. Porém, o caráter de educação popular foi logo perdido e o número de escolas também acabou diminuindo de maneira significativa.

Os movimentos de educação popular são imediatamente extintos quando o Golpe Militar é instituído. Os militares se preocuparam também em prender, cassar ou exilar os integrantes do movimento.

Nesse contexto de intensificação da organização e da atuação política da sociedade civil, marcado pela emergência de novos sujeitos coletivos, oriundos de classes sociais e categorias até então fortemente alijada da participação político-social – operários, estudantes, camponeses –, bem como de posterior repressão, a educação superior não saiu ilesa. Ao contrário, aparece tanto como foco de reivindicações relacionadas a sua democratização sob diferentes aspectos – especialmente democratização do acesso e da participação na gestão – quanto como foco de intensa ação de repressão e controle, por parte da Ditadura Militar. Esta, entre outras ações, de maneira simultânea ao AI-5, por meio do Decreto Lei 477, tenta impedir de qualquer forma a participação de professores e estudantes em assuntos de cunho político, caso contrário, os mesmos seriam enquadrados no referido decreto e seriam imediatamente expulsos das universidades, ficando impedidos de estudar em qualquer instituição de nível superior por um período de dois anos ou de lecionar nessas instituições por um período de cinco anos.

Outra medida normativa que veio para reprimir tanto o corpo docente quanto o corpo discente foi a Lei Suplicy. Nela, o Governo Militar exigia que os reitores realizassem uma maior vigilância das atividades realizadas pelos alunos, caso não o fizessem eram considerados inimigos em potencial do Estado. O Decreto Aragão também exerceu essa função de repressão, extinguindo todos os diretórios estudantis.

Para efetivar ainda mais o controle do Governo sobre as universidades, os militares destituíram de suas funções vários reitores, colocando profissionais escolhidos por eles próprios nesta função, quando não eram os mesmos que assumiam o cargo na reitoria, como o que eu acontecera na UFRN, que foi assumida por um oficial da Aeronáutica, e na UFPB, que passou a ser controlada por um coronel.

Outra atitude que era muito recorrida pelo Governo Militar foi a repressão através de invasões de tropas armadas nas universidades, como ocorrera na USP, na qual, em uma dessas ocasiões, um estudante foi assassinado pelos militares, que deixaram um rastro de destruição ao depredarem grande parte do estabelecimento.

A UnB sofreu com essas incursões por três vezes, sendo destituídos professores, expulsos alunos, com ocorrência de demissões coletivas em forma de protesto e varias vítimas feridas gravemente em conseqüência dos espancamentos que foram submetidas.

Depois de uma mal sucedida parceria entre MEC e USAID, que visava a reestruturação da universidade brasileira, que seria planejada pelo EAPES, em um relatório que foi mal organizado, com falhas na tradução que deturpavam o verdadeiro sentido do documento, uma composição de um Grupo de Trabalho é proposta, composta de integrantes que em sua totalidade eram brasileiros, com a finalidade de produzir a reestruturação das universidades nacionais.

O grupo, que teve pequenos desentendimentos ao longo de seu processo de trabalho, não demora muito para produzir um projeto que resultaria em uma importante lei, a lei da Reforma Universitária, que veio a receber o número de 5.540/68, sancionada em novembro de 1968, pelo então Presidente Costa e Silva, após alguns vetos.

Uma das primeiras mudanças impostas pela lei foi a extinção da cátedra vitalícia na carreira docente universitária. Para o GT, esta mudança possibilitaria a entrada de novos professores nas universidades. O sistema seriado também foi extinto, sendo substituído pelo sistema de crédito, no qual o aluno se matricularia nas disciplinas que desejasse. Ainda que a lei também estabelecesse uma grade de disciplinas obrigatórias para cada curso, essas medidas visavam, em geral, uma economia dos gastos com matriculas.

No que diz respeito à gestão acadêmica, a lei obrigava que os candidatos a reitor fossem escolhidos pelo Conselho Universitário, sendo que o Presidente da República escolheria um dos candidatos indicados para ocupar o cargo. O relatório aconselhava que não fossem escolhidos professores para ocupar o cargo de reitor e de diretor, este aliás deveria ser ocupado através da escolha do candidato indicado pelo Presidente para ocupar a reitoria.

Como medida para acabar com os excedentes nos vestibulares, o GT sugere uma mudança na estrutura do concurso, de modo a que todos os alunos que passassem, mas não entrassem no quadro de vagas disponíveis, fossem considerados reprovados. Os excedentes preocupavam tanto o governo que foram tomadas medidas fora do âmbito universitário, com vistas a extinguir essa situação, e foi por isso que o GT sugeriu uma mudança no ensino de 2º Grau, que passaria a ter caráter profissionalizante, contendo parte dos estudantes que, diante da nova possibilidade de titulação profissional, tenderiam a reduzir a demanda por ingresso na universidade.

A duração dos cursos universitários também passou por mudanças após a Lei. Vários cursos foram criados, porém, com uma duração menor que era a metade do tempo dos cursos que existiam até então. O GT incentivou a criação de estabelecimentos específicos que só ofereceriam esse tipo de curso.

Para os proponentes da reforma, os estudantes não eram impedidos de manifestar suas indignações, porém essas atitudes deveriam ser vigiadas bem de perto pelo governo. No projeto, os alunos que ocupassem o cargo de representante estudantil deveriam obter as melhores notas entre os demais, pois, segundo o GT, esses estudantes não cometeriam atos subversivos. Para os estudantes que cometessem tais atos caberia uma expulsão instantânea de sua universidade. Aos reitores caberia o papel de supervisionar as atividades dos alunos, impedindo qualquer ato de subversão. Se o mesmo não o fizesse, seria destituído do seu cargo.

Conforme já indicamos acima, um aspecto que devemos reiterar a respeito dos sentidos da reforma universitária é que o Governo Militar visava reestruturar o modelo da universidade brasileira, todavia essa mudança não poderia ocasionar grandes despesas ao Estado. Assim, parte das medidas tomadas orientava-se efetivamente para solucionar problemas como as inquietações dos excedentes nos vestibulares e a grande procura que vinha ocorrendo por cursos de educação superior, medidas que foram chamadas por Cunha (1985) de medidas de contenção. Parte dessas medidas, como indicamos acima, foram voltadas para uma reforma da educação de 1º e 2º graus com vistas a conter a demanda por ensino superior. Outra parte das medidas, porém, se deu no sentido da criação de uma espécie de “circuito alternativo” dentro da própria educação superior que permitisse acolher parte da demanda, mas em cursos mais baratos.

A criação de cursos de curta duração se justifica neste contexto, pois existira um aumento do número de vagas, mas não acarretaria em um déficit orçamentário para o Governo.

A adoção do sistema de crédito também se caracterizava por ser uma medida de contenção, porque o aluno se matricularia em diversas disciplinas e acabaria com as vagas ociosas que tanto incomodavam os militares e tudo isto sem representar mais um gasto em educação. A instituição do departamento também pode ser considerada uma medida de contenção administrativa e política, porque, com esse sistema, diminuía-se o gasto com o pagamento de professores, extinguia-se a duplicata de disciplinas idênticas, que vinham ocorrendo freqüentemente, e recolocava-se os professores em um espaço administrativo e acadêmico novo, obrigando-os a debruçarem-se sobre um maior conjunto de problemas e responsabilidades administrativas e, com isso, a submeterem-se a uma dinâmica organizacional que esvaziava parte das relações e práticas políticas que vinham se intensificando no contexto anterior.

Para disfarçar o caráter repressivo das medidas de contenção e expandir o mercado consumidor brasileiro o Governo lançou mão também de “medidas de liberação” (CUNHA, 1985).

O Governo Militar pretendia igualar o Brasil aos principais países capitalistas do continente americano, sendo que os militares constataram que os anos de estudos em educação básica nesses países era muito maior do que no Brasil. Como forma de solucionar este problema, o Governo instituiu a Reforma do Ensino de 1º Grau, cuja escolaridade obrigatória passaria de quatro anos para oito anos de permanência na escola. Com essa Reforma, os militares pretendiam alcançar mais de 95% da população em idade escolar.

Conseguir um índice tão alto não era tão fácil, seria necessário um alto investimento na construção de escolas e contratação de professores, o que o Governo não o fez, apesar de investir bem mais que os governos anteriores na expansão do sistema escolar para essa etapa de ensino.

Como forma de diminuir os gastos na conquista deste projeto, os militares passam a investir em modalidades educativas de caráter supletivo, caracterizadas também como uma das estratégias de liberação, e criaram dois projetos importantes em educação elementar, o MOBREAL e o Projeto Minerva.

O MOBRAL oferecia aulas de alfabetização para adultos e ainda constavam em seus projetos oferta na educação fundamental, aulas que preparassem o aluno para vida social e trabalhos culturais. Tanto o material utilizado pelo MOBRAL quanto pelo Projeto Minerva eram carregados de idéias que induziam o indivíduo a “participar do crescimento econômico do país”.

A observação dessas medidas em conjunto nos permite perceber que a ação da Ditadura Militar no âmbito educacional não foi constituída de medidas pontuais, mas de medidas articuladas, não só no que diz respeito à sua articulação no interior do próprio sistema educacional, como no que diz respeito à articulação das medidas educacionais com objetivos de controle e contenção social que passavam por estratégias repressivas, mas também por estratégias de indução e direcionamento de diferentes segmentos sociais para objetivos e ações que os desviassem dos objetivos e reivindicações que, no contexto anterior, haviam motivado novas, mais intensas e mais plurais formas de participação político-social.

A pesquisa que realizamos nos permitiu compreender melhor o sentido e as formas dessas articulações no interior do sistema educacional, bem como as articulações entre as medidas governamentais no âmbito educacional e as finalidades governamentais que excedem os propósitos realmente educacionais.

Nesse sentido, esta pesquisa monográfica, ao me possibilitar conhecer as principais mudanças instituídas pela Lei 5.540/68 e como a universidade brasileira se posicionou neste contexto de repressão, também me instigou a conhecer um pouco mais das medidas tomadas ainda hoje por parte dos governos em termos da expansão e reforma do ensino superior, já que, certamente, tais medidas expressam projetos políticos bem mais abrangentes, referentes a aspectos da vida política, social e econômica de nosso país, sinalizando interessantes e importantes possibilidades futuras de investigação.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28.11.1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 1968.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformada - o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacir de. *O golpe na educação*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GERMANO. José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo; Cortez Editora, 2000.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.